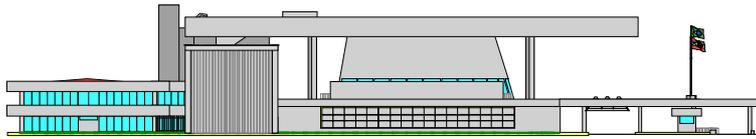


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 7 DE JUNHO DE 2011

NÚMERO 6.292

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2292 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 047ª Sessão Ordinária realizada em 1º/06/2011..... 2 Ata da 048ª Sessão Ordinária realizada em 02/06/2011 11</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa DL..... 21</p> <p>Publicações Diversas Avisos de Resultado..... 22 Portarias..... 22 Redações Finais 23 Relatório..... 24</p>
---	---	--

PLENÁRIO

ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Advoga a retirada da MPV n. 188/2011 para debater os professores.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta-se acerca dos recursos do Fundeb.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Concorde que a destinação do Fundeb precisa ser revista; repercute a aprovação do Código Florestal Brasileiro.

Partidos Políticos

DEPUTADO NEODI SARETTA - Tece comentários sobre duas PECs de sua autoria que podem contribuir para valorizar o magistério

de SC; discorre sobre visita realizada a granja de suínos com produção sustentável.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Critica MPV do governo federal destinada a descumprir a Lei n. 8.666.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Elogia a MPV n. 532, do governo federal, que qualificou o álcool como combustível.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Afirma que é tempo de rever a questão do foro privilegiado do parlamentar.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (pela ordem) - Registra a presença do vereador Lorival Demathê, do PMDB de Jaraguá do Sul.

Ordem do Dia

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Discute o PL n. 0606/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apela ao governo estadual para assinar o Plano de Enfrentamento à Violência Infantojuvenil; critica o prefeito de Blumenau por não assinar convênio com a união para construção de creche.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Menciona a decisão do presidente da Alesc de cortar os salários dos servidores que ultrapassem o teto constitucional.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Lamenta o silêncio da base governista sobre a

greve do Magistério; discorre sobre as questões da Segurança Pública.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Comenta a importância do Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.
(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Altair Guidi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, é com muito prazer que venho à tribuna para trazer um problema que considero matéria relevante para o estado de Santa Catarina.

No último dia 11, nesta Casa, numa reunião conjunta da comissão de Agricultura e Política Rural, tivemos a oportunidade de debater os principais entraves que inibem a expansão da produção orgânica em Santa Catarina.

A participação de técnicos da Epagri naquele debate deixou claro que o segmento carece de políticas públicas voltadas principalmente à ampliação dos recursos destinados à pesquisa e à definição de critérios fiscais diferenciados.

Ficou constatado naquele debate que o nosso estado apresenta amplas condições de se transformar num estado mais expressivo na geração de produtos orgânicos.

A predominância da agricultura familiar, a qualidade da mão de obra rural e os microclimas diferenciados são tão fortes que podem contribuir, e muito, para alcançarmos esse objetivo. O que nos falta, então, para que a produção de orgânicos alcance os patamares qualitativos de outros produtos agrícolas cultivados em Santa Catarina? Na minha avaliação, há duas deficiências. A primeira é representada pela falta de políticas públicas adequadas já referidas, e a segunda é a falta de conhecimento sobre experiências bem sucedidas que nos poderiam orientar não apenas nos aspectos relacionados à produção, mas, principalmente, naqueles envolvidos na fase de tratamento pós-colheita: comercialização, transporte e armazenagem.

Ao que sou informado, a Itália é um dos países mais avançados do mundo na geração de produtos orgânicos. A vista das afinidades étnico-culturais da população de Santa Catarina com aquele país, penso que ele poderia constituir-se num excelente parceiro para o desenvolvimento mais consistente da nossa agricultura orgânica.

Por isso, proponho a v.exas. levarmos à consideração da Presidência desta Casa e da Epagri uma proposta de constituição de uma missão técnica integrada por deputados, ou deputado, e por profissionais da área da agricultura para, numa viagem de estudos à Itália, visitar os principais centros de pesquisas e conhecer as iniciativas lá desenvolvidas voltadas à produção orgânica.

Estou certo de que essa missão será altamente exitosa, não somente para a formulação das políticas públicas voltadas para o setor, mas também para orientar os nossos profissionais sobre técnicas mais adequadas ao manejo dos produtos orgânicos.

Temos visto em Santa Catarina a produção de produtos orgânicos. Visitei Santa Rosa de Lima, que é um dos municípios que mais têm tido iniciativas nessa área, e vi o potencial que estamos desperdiçando para o nosso estado. Acredito que se não ferirmos tanto a natureza no estado, teremos condições de produzir uma boa agricultura e uma boa agricultura orgânica também.

Para encerrar, gostaria de deixar uma preocupação com relação ao governo que dizia clara e fortemente na campanha: "As pessoas em primeiro lugar". Acredito que este governo virou a folha. Ela não é lida mais assim, é o inverso. Acho que as pessoas estão em último lugar nessa leitura que faço. São cinco meses de governo e até agora não disse a que veio.

Acredito que essa medida provisória, pelo que me consta, ainda não tenha tramitado nesta Casa, e se esse governo tivesse um pouco de vergonha retirá-la para conversar, para debater. Acho até graça porque na semana passada o Sinte se reuniu na minha cidade e chamaram três deputados da base do governo. E a proposta do governo foi uma medida provisória absurda, autoritária, que não é digna de um governo que foi eleito dizendo que as pessoas estavam em primeiro lugar.

Acreditei que deveria passar a ser, nesta um deputado da base governista. Mas se medidas dessa natureza continuarem a ser editadas, se a falta de diálogo com a sociedade catarinense continuar, acho que deverei até trocar de posição, não por vontade minha! A minha vontade é colaborar, é participar com a experiência que tenho e a vivência dos problemas catarinenses visando ajudar a fazer uma Santa Catarina melhor.

Parece-me, entretanto, que vou ter que mudar o discurso para fazer este estado cada vez melhor.

Muito obrigada, sra. presidente!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Altair Guidi, ficamos feliz com seu pronunciamento.

Gostaria de anunciar com muita alegria a presença do presidente da Câmara Municipal de Apiúna, vereador Marcelo da Silva, e também do professor e vereador Aloncio da Silva, que trouxeram a esta Casa, a todos os gabinetes, uma moção de apoio aos professores da rede estadual de ensino, que faço questão de ler para o conhecimento de todos.

(Passa a ler.)

"Os vereadores da Câmara Municipal de Apiúna abaixo nominados vêm, através deste, manifestar apoio às reivindicações dos professores da rede estadual de ensino, à implantação do Piso Nacional do Magistério, atendendo todos os níveis da tabela salarial, assim os mesmos solicitam aos deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina o apoio à NÃO votação da Medida Provisória que foi encaminhada pelo governo.

Atenciosamente,

(a)Marcelo Doutel da Silva

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do município de Apiúna."[sic]

Muito obrigado, presidente, muito obrigado, vereador Alôncio da Silva pela visita ao Poder Legislativo. Fiquem à vontade.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar a nossa presidenta, deputada Ana Paula Lima, os demais deputados que estão presentes, também o público que acompanha a nossa sessão.

Início a minha manifestação falando das inúmeras moções que recebemos com relação à Medida Provisória n. 188/2011. Temos moções do município

de Guaraciaba, aprovada pelas Câmaras de Vereadores de Luzerna, Rio do Sul, Maravilha, Saudades, Capinzal, Arroio Trinta, Salete, Santa Helena, Antônio Carlos, Quilombo, Lebon Régis e Santa Cecília.

Todos os dias, depois que o governo enviou essa medida provisória a esta Casa, essas moções têm chegado, demonstrando a insatisfação dos professores da rede básica estadual. E quero manifestar-me com relação ao projeto de lei que apresentei na última quarta-feira, lido em plenário na última quinta-feira, que trata exatamente do que estamos discutindo nos últimos dias, deputado Jorge Teixeira, sobre a destinação dos recursos do Fundo de Educação Básica.

Gostaria, inicialmente, de esclarecer a todos no que se constitui esse fundo. O nome correto do Fundeb é Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação e atende a toda a educação básica. Antes, tínhamos o Fundef, que era o Fundo do Ensino Fundamental, que atendia crianças de seis a 14 anos, portanto, fazia a cobertura de oito anos de educação no país.

Em 2007 foi criado o Fundeb, que tem uma cobertura muito mais ampla, vai de zero a 17 anos, ou seja, da educação infantil, que pela matrícula o recurso é repassado aos estados e municípios, até o ensino médio. Ao ser criado o Fundeb, houve uma elevação de receita em dez vezes o valor que existia no Fundef. Então, o Fundeb propiciou o aumento do número de estudantes em 20 milhões e também em dez vezes os recursos. O Fundeb tem uma durabilidade de 14 anos, ou seja, até 2020.

E aonde quero chegar com esse debate com relação ao Fundeb? É que a lei é muito clara, os recursos do Fundeb têm que beneficiar a educação básica, tão-somente a educação básica, de outra forma estaremos passando a mão no dinheiro da educação para outras finalidades. A lei é muito clara, como já falei. E quem são os beneficiários? São os alunos de creche, pré-escola, ensino fundamental urbano e rural, educação em tempo integral, também ensino médio urbano e rural, ensino médio em tempo integral, educação profissional, educação especial indígena e quilombola, educação de jovens e adultos e educação de jovens e adultos também integrados no ensino profissionalizante. Esse recurso é voltado para os municípios e estados, para custear a educação básica. Este é o sentido deste fundo: financiar a educação pública.

Mas, sra. presidente, há mais um aspecto dessa lei que foi criada em 2007. No mínimo 60% desses recursos podem ser utilizados para pagamento de profissionais da educação. A lei é clara, ela diz "no mínimo". Agora, se os governos quiserem utilizar 100% do recurso do Fundeb com a remuneração do quadro do Magistério podem fazê-lo.

Então, a lei está aí para ser cumprida, ela foi feita para garantir a educação como um todo, mas está sofrendo alguns desvios. É o que está acontecendo em Santa Catarina.

Denúncias feitas nos últimos dias mostram que do montante de R\$ 1,647

bilhão do Fundeb previsto para o estado, 16,13% estão, como em anos anteriores, sendo deslocados para outras finalidades que não àquela para a qual foi criado.

Vejam bem a gravidade da situação: desse R\$ 1,647 bilhão, R\$ 126 milhões vão para o Tribunal de Justiça, o que corresponde a 7,7%; R\$ 62 milhões, 3,8%, vêm para esta Casa; R\$ 53 milhões, 3,23%, vão para o Ministério Público; e R\$ 23 milhões, 1,4%, vão para o Tribunal de Contas do Estado.

Não tenho nenhum questionamento com relação ao repasse de recursos públicos para os poderes porque cada um cumpre sua função, agora não cabe, não é legítimo, não é justo, não é moralmente correto, passar a mão no dinheiro da Educação para que esses poderes recebam esses recursos.

Então, nesse sentido quero deixar muito clara a minha proposição. Dei entrada ao Projeto de Lei n. 0189/2011, que reconstitui, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a base de cálculo do Fundeb, que tem que ficar com 100% dos recursos.

Portanto, queremos que os recursos previstos para este ano, R\$ 265 milhões, sra. presidenta, voltem para o caixa do Fundo da Educação Básica, pois para o ano que vem - e a LDO já está tramitando na Casa - iremos apresentar uma emenda, de autoria de todos os deputados do PT, propondo que não se incluam pagamentos e repasses a outros fins que não sejam a manutenção da educação básica. Isso não é justo principalmente diante de uma greve pela qual o ex-governador também é responsável, não é justo com os professores, com os alunos e com as famílias. Estão passando a mão no recurso da Educação! Esse dinheiro é da Educação e assim ele tem que continuar! E nós, parlamentares, temos que demonstrar que a Educação é prioridade de fato.

Portanto, o nosso projeto de lei, que já foi lido no Expediente, está na comissão de Constituição e Justiça e já houve manifestações de alguns deputados da base do governo a favor. Quero dizer ainda que esse projeto é uma prova de que vamos utilizar bem o recurso destinado à Educação.

Sra. presidente, srs. deputados, aproveito para pedir o apoio de todos ao meu projeto.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Muito obrigada, deputada Luciane Carminatti.

Antes de chamar o próximo orador, gostaria de registrar a presença do pastor Nino, da Igreja Razão de Viver, no município de Camboriú.

Gostaria de registrar também a presença do sr. Luiz José Jacinto, presidente da Associação Comunitária de Toldo, do município José Boiteux. Sejam todos muito bem-vindos à Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Ainda dentro do horário reservado às Breves Comunicações, com a palavra o

deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados e todos que nos acompanham, quero reafirmar, deputada Luciane Carminatti, que o dinheiro da Educação deve ser usado na Educação. Essa é a nossa grande luta! E quero dizer ainda que esse dinheiro que hoje está sendo distribuído entre os poderes, deve ser revisto. Precisamos rever a parte do Fundeb, que seriam os 25%, deputado Neodi Saretta, quase R\$ 70 milhões, que hoje não está sendo repassada à Educação. Além disso, precisamos discutir créditos suplementares para a implantação do piso salarial nacional, emenda de crédito na Lei Orçamentária, que já foi apresentada em 2009 pela nossa bancada e não foi aceita pelo governo à época.

É nessa perspectiva, dentro do que foi proposto pela deputada Luciane Carminatti, que o governador Raimundo Colombo precisa resolver esse assunto em primeiro lugar, a própria lei federal do piso é muito clara nesse sentido. É preciso apresentar uma planilha clara mostrando que o estado não tem condições de pagar o piso aos professores. Em nível nacional, oito estados já apresentaram essa planilha demonstrando que de fato não têm condições de bancar o piso mínimo nacional do Magistério. Mas o estado de Santa Catarina, na nossa avaliação, tem condições, e por isso, estamos fazendo essa cobrança ao governador Raimundo Colombo.

Estive, na última quarta-feira, acompanhando toda a discussão, em Brasília, em audiência com a presidente da República Dilma Rousseff, sobre o Código Florestal Brasileiro. Depois de meses e meses de discussão, de debates, todas as partes envolvidas - ambientalistas, produtivistas e governo - chegaram num acordo depois de suspender as votações por duas ou três semanas. A comissão, na Câmara Federal, fez um grande debate e chegou a um acordo de um texto de código que, na nossa avaliação, é importante já que trata da produção, da preservação ambiental e cria uma condição real, principalmente às pequenas propriedades, de continuar produzindo e preservando.

Infelizmente, entretanto, na última hora, nos 45 minutos do segundo tempo, apareceu a Emenda n. 164, que desmontou toda a construção feita nesse período, deputado Sargento Amauri Soares.

Em nossa avaliação, o relatório do deputado Aldo Rebelo é bom. Para se ter ideia, construiu-se o acordo de que a pequena propriedade preservaria os 15m já consolidados. Permaneceriam os 30m, mas naquilo que não fora mexido ainda, naquilo que ainda é mata virgem. E no que está aberto, até quatro módulos fiscais seriam somente 15m. Além disso, o governo faria um decreto regulamentando o que é possível usar de forma sustentável dentro desses 15m.

Entretanto, a Emenda n. 164 veio com a perspectiva de destruir tudo isso, veio com a perspectiva de permitir tudo, não exigindo recuperação nem dos 15m e nem

cobrando as grandes multas ambientais e passando o poder de legislar sobre as APPs para os estados da federação.

Ora, isso nos preocupa muito, porque além de permitir tudo dentro da APP, não prevê nenhuma recuperação, o que, na minha avaliação, é pior do que o que prevê o Código Ambiental de Santa Catarina. Claro que as regiões do Brasil são diferentes, mas a regulamentação poderia construir um acordo de como usar de forma sustentável algumas culturas que defendemos, como a fruticultura nativa, as ervas medicinais, a madeira, justamente dentro desses 15m.

Então, não podemos concordar de forma alguma com a Emenda n. 164, somos contrário! E a própria presidente Dilma Rousseff também garantiu que vai vetar essa emenda, caso seja aprovada também no Senado.

Por que entendemos perigoso passar o direito de legislar sobre as APPs para os estados? Na nossa avaliação, abrem-se portas para a guerra fiscal entre os estados, pois cada um vai querer oferecer as melhores condições para o uso das APPs, para a instalação de indústrias, para a agricultura, para a habitação, porque a pressão sobre a questão ambiental é muito grande.

Entendemos que o Código Florestal Brasileiro avançou muito, respeitou as diferenças e tratou os diferentes de forma diferente: a grande propriedade e a agricultura familiar. Nisso nós avançamos muito, mas, infelizmente, a Emenda n. 164 acabou com toda a construção realizada durante meses.

Então, quero deixar a minha posição e em outro momento, sra. presidente, quero aprofundar o debate sobre esse tema, pois tenho conversado com muitos agricultores pelo estado afora sobre os 15m, na perspectiva de usar esse espaço para algumas culturas sustentáveis. Vejo que essa ideia agrada os agricultores familiares, porque eles sabem que se não preservarem não produzirão principalmente em época de estiagem, pois as regiões produtoras no oeste catarinense, por exemplo, vêm passando por grandes períodos de seca nos últimos 12 anos.

Os agricultores querem preservar, querem contribuir, e precisamos implementar uma das grandes políticas destinadas à sustentabilidade ambiental: o pagamento dos serviços ambientais. Entendemos que essa é uma política importantíssima para o nosso estado e para o nosso país, através da qual a pequena propriedade, além de receber uma remuneração pelo cuidado ambiental, possa produzir renda por meio da fruticultura ou de outras atividades que mantenham a natureza e deem condições de uma vida melhor para os agricultores.

Essa é a nossa visão, a nossa avaliação. E não temos nenhum problema de fazer essa discussão com os agricultores familiares de Santa Catarina e do Brasil, porque as entidades que representam esse segmento também não concordam com a Emenda n. 164, também são contra essa emenda e querem discutir no sentido de que tenhamos no futuro um processo produtivo

cada vez mais rico, com novas tecnologias, com mais produção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro horário é destinado ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao DEM.

(Pausa)

Não havendo oradores do DEM que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PP.

(Pausa)

Não havendo oradores do PP que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados Jorge Teixeira, Ciro Roza, Dirceu Dresch, está um pouco baixo o nosso quórum hoje. Até o espaço das Breves Comunicações, que é um tempo disputado, hoje está disponível.

Vamos falar um pouco no horário reservado ao Partido dos Trabalhadores sobre o que temos constatado nas nossas andanças pelo interior do estado de Santa Catarina e também nas conversas no gabinete, como, com certeza, os demais deputados também estão fazendo.

Os dois assuntos que foram debatidos anteriormente pelo deputado Dirceu Dresch e pela deputada Luciane Carminatti são justamente os temas que estão mais em voga em todas essas andanças que temos tido pelo estado afóra.

A questão do Magistério está em voga, está como o tema mais discutido desses últimos dias. Como esse tema tem sido bastante discutido aqui, acho que é importante continuar o debate, mas quero retomar aquela discussão que levantamos desde o início desta legislatura, qual seja, o financiamento da educação como um todo.

O valor aplicado na educação no Brasil ainda é um valor inferior ao que efetivamente é necessário para que possamos ter uma educação transformadora, uma educação que contemple aquilo que queremos, que é a formação do jovem, a formação do estudante, a transformação da sociedade para melhor.

Para isso temos debatido a questão do financiamento e apresentamos nesta Casa (já falamos diversas vezes sobre isso) duas emendas constitucionais importantes. Uma delas trata da alteração do percentual destinado à Educação, elevando-o de 25% para 30%. A outra emenda constitucional é sobre o cálculo dos 25% da Educação. Têm sido incluídas despesas que não devem ser incluídas no cálculo, muito embora sejam despesas que o estado deve fazer, inclusive no caso de servidores inativos ligados à Educação. O

estado tem que pagá-los, pois eles têm os seus direitos, mas não pode somar esse valor na hora do cálculo dos 25%.

É importante lembrarmos que o impasse que hoje vivemos na Educação em Santa Catarina tem sua origem numa decisão que, em nosso entendimento, foi tomada de forma equivocada dois anos atrás, quando o governo decidiu não cumprir a lei federal que estabelecia o pagamento do piso salarial ao magistério, optando pelo caminho judicial de questionar a lei, argumentando que não teria aplicabilidade, não caberia no caso dos estados.

Agora, contudo, com a decisão final da maior corte judicial deste país, o Supremo Tribunal Federal, o governo se vê diante da obrigatoriedade de cumprir a lei. Assim, um equívoco de encaminhamento é que gerou, sem dúvida nenhuma, o impasse em que nos encontramos.

A segunda questão que mais temos debatido nessas caminhadas, nessas andanças, nas reuniões que temos feito em diversos municípios de Santa Catarina, é, sem dúvida, o Código Florestal Brasileiro. Temos que ter absoluta tranquilidade para auxiliar o debate, muito embora a matéria tramite na Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto e encaminhou-o ao Senado para nova apreciação. Acho que as Assembleias Legislativas podem dar uma contribuição importante e a nossa contribuição está, principalmente, em buscar o equilíbrio da discussão, para que não fique nem raivosa nem apaixonada demais, o equilíbrio que torne a legislação brasileira dotada de mecanismos de produção com sustentabilidade, mas com possibilidade de sobrevivência do agricultor.

Neste contexto, quero, deputada Ana Paula Lima, relatar uma visita que fiz, no último sábado, a uma granja de produção de suínos no município de Videira, no meio-oeste de Santa Catarina, acompanhado do presidente, do diretor e do chefe da Embrapa da Unidade Suínos e Aves, além de outras lideranças importantes e do deputado federal Pedro Uczai.

Na granja toda a produção de dejetos é utilizada, de forma sustentável, na produção de gás e, ato contínuo, na produção de energia elétrica. A própria granja produz energia elétrica suficiente para seu abastecimento e a partir desta semana, deputado Dirceu Dresch, já estão vendendo o excedente para a Celesc.

Obviamente que não estamos falando de uma pequena propriedade, como gostaríamos que fosse, nesse caso específico trata-se de uma granja grande, de 8.400 matrizes, mas que trabalha através de um processo sustentável. Inclusive, os rios têm a devida proteção, com os afastamentos necessários, a mata ciliar está recomposta, ou seja, a parte da reserva legal está mantida.

Julgo que esse é um exemplo importante que deva ser trazido para esta Casa, até porque esse empreendedor está buscando novas alternativas para melhorar ainda mais a sua propriedade, para ter mais sustentabilidade. Creio que foi extremamente proveitoso percebermos que a

produção de suínos é feita de uma forma a produzir alimento, a manter, inclusive, os empregos, já que diversos funcionários trabalham na granja.

O tratamento correto dos dejetos passou a ser solução, já que eles passaram a gerar renda. Para que os parlamentares tenham ideia, a conta de energia elétrica da granja deveria girar em torno de R\$ 70 mil, mas está em apenas R\$ 6 mil. Contudo, é interligada com a rede pública, porque se houver uma queda da energia produzida na granja, automaticamente entra em funcionamento o recebimento da energia elétrica pública.

Faço o registro dessa visita importante que fizemos a essa granja no município de Videira e aproveito a oportunidade para parabenizar os seus proprietários e aqueles que apoiam e apostam nesse investimento. Parabenizo também a Embrapa por haver participado do projeto, pois é um exemplo que trago justamente neste momento em que se debate bastante o novo Código Florestal Brasileiro.

Creio, sra. presidente, que esses assuntos mereciam um registro e fiz isso utilizando o horário do meu partido.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, olhando a *Folha de S. Paulo* do dia de hoje vemos a seguinte manchete: "Dilma privatiza Cumbica e mais dois aeroportos".

Quando fui eleito prefeito de Florianópolis, deputada Ana Paula Lima, tive o apoio de parte do PT, que muito contribuiu para minha administração, principalmente implantando o Orçamento Participativo, que depois teve toda a sua metodologia copiada pelo prefeito Olívio Dutra, de Porto Alegre, tornando-se uma máquina do PT.

Naquele momento, falar de privatização diante do PT era uma aberração, pois o partido era radicalmente contra. Eu sou favorável a que se privatizem os aeroportos, porque se não fizermos isso, chegaremos à Copa do Mundo e às Olimpíadas sem infraestrutura aeroportuária nem para os brasileiros. Aliás, já não temos essa infraestrutura hoje, pois os passageiros enfrentam filas, enfrentam atrasos dos vôos etc.

Nesse aspecto, acho que o PT mudou e mudou bastante. Que bom, porque acho que no mundo precisamos mudar mesmo, não podemos ficar pensando como pensávamos há 30 anos, pois o mundo avançou, há modernidade, há novas tecnologias. Mas não precisava avançar tanto, deputado Sargento Amauri Soares, no sentido de acabar com algumas coisas que foram bandeiras de luta. Por exemplo: a Lei n. 8.666, das licitações, que diz que toda

compra feita pelo governo precisa ser licitada.

Ora, o país vai construir aeroportos, sistema viário, transporte urbano, recuperação e construção de novos ginásios de esporte e o governo quer fugir da licitação! Quem vai controlar isso? O governo, deputado Sargento Amauri Soares, editou a Medida Provisória n. 521/2011, que tramita no Congresso Nacional, que simplesmente dribla a Lei n. 8.666, ou seja, não será necessário licitar para construir mega obras que vão custar bilhões de reais!

Deputado Neodi Saretta, não estou aqui duvidando da honestidade, da boa intenção do governo federal, mesmo porque sei que um dos motivos da fuga da Lei n. 8.666 é a pressa para que essas obras estejam prontas até a Copa do Mundo e as Olimpíadas, só que creio que vamos abrir, em nível nacional, um precedente muito perigoso.

Se o governo federal tem pressa nessas obras e, nesse sentido, abre mão da Lei n. 8.666, daqui a pouco os estados - Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e por aí fora - poderão fazer a mesma coisa. Em seguida, as prefeituras poderão dizer que o governo federal, quando teve pressa em recuperar o Maracanã, não precisou obedecer a Lei n. 8.666. Então, se houver pressa no estado ou município de executar uma obra que está em caráter de urgência, também poderão ficar sem atender à Lei n. 8.666.

Acredito que no Brasil avançamos muito na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Licitações e numa série de normas que controlam o uso do dinheiro público. Por isso, particularmente sou contra essa medida provisória do governo. Acho que precisamos buscar administrativamente uma maneira de controlar, agilizar e chamar para uma reunião todas as entidades - o Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal -, a fim de que as licitações sejam mais ágeis e mais corretas.

Agora, abrindo-se mão da Lei de Licitações, estaremos entrando por um caminho muito perigoso. Assim, quero lamentar essa decisão do governo de abrir mão da Lei de Licitações para construir obras importantes destinadas aos eventos que vamos sediar na área esportiva. Não podemos criar esses precedentes porque daqui a pouco esse exemplo poderá ser seguido pelos estados e municípios brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o deputado Carlos Chiodini, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, há poucos dias falei sobre a alta do preço do álcool e da gasolina, que vinha influenciando fortemente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor amplo (IPCA) e que o consumo de derivados do petróleo já havia ultrapassado a capacidade de produção das refinarias da Petrobras, fator que ocasionou um déficit na

balança comercial de US\$ 13 bilhões para este ano.

Ressaltamos também a nossa preocupação com a situação futura, diante de uma frota de veículos que cresce assustadoramente, sem que o país dê conta de providenciar os meios, ou seja, infraestrutura viária e capacidade de fornecimento de combustíveis.

Diante disso, também considero como motivo de preocupação a incoerência brasileira, pois de possível fornecedor de biocombustíveis e exportador de petróleo do pré-sal, propaganda muito veiculada em 2009 e 2010, passamos a importador de petróleo leve para as refinarias, de gasolina e pasmem - até de álcool. Logo nós, um dos maiores produtores mundiais de cana-de-açúcar e futuro fornecedor mundial de biocombustíveis, passamos a ser importadores de álcool. Nada mais, nada menos do que 64% do saldo da balança comercial brasileira no ano passado poderia ter sido maior se não fosse a maciça importação de derivados de combustíveis.

Alguma coisa está errada. Aliás, muitas coisas. Mas apontamos soluções também para resolver o gargalo. Pedimos que fosse diminuída a porcentagem de etanol anidro na gasolina de 25% para 18%, como forma de fazer sobrar álcool no mercado em tempo de entressafra. Pedimos que a Petrobras elevasse urgentemente a sua participação na produção de etanol de 5% para 15%; que o governo federal editasse uma medida provisória para enquadrar o etanol como combustível e não mais como produto agrícola, para pôr fim à especulação de preços praticada pelo mercado.

Por isso, volto no dia de hoje a esta tribuna para dizer que a medida provisória que tanto esperávamos que fosse aprovada já está valendo. Portanto, o álcool foi incluído na política energética nacional de biocombustíveis e agora, assim como a gasolina e o óleo diesel, passa a ser considerado produto estratégico do governo federal, com preços regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Dessa forma, os contratos de exportação de álcool terão que ser validados de agora em diante pela ANP, pois antes, com o etanol sendo classificado como produto agrícola, não havia controle sobre as operações. Usineiros ajustavam a produção de álcool e de açúcar por conta própria, buscando melhores preços e acompanhando cotações do mercado internacional.

A Medida Provisória n. 532 também alterou a margem de mistura de álcool anidro à gasolina. Antes, era aceita a margem de 20% a 25% de álcool anidro na composição. Agora, na entressafra, a margem pode baixar até 18%. Que houve abuso nos preços praticados houve. Tanto é que o próprio ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, reconheceu que o mercado se excedeu e a especulação rolou solta. Com a nova regulação e a entrada da nova safra de cana-de-açúcar nas usinas observamos que os preços começam a cair significativamente.

Para finalizar, sr. presidente, esperamos agora da equipe econômica do

governo federal, diante do recrudescimento da inflação, tendo parte dela vindo da alta desenfreada dos preços dos combustíveis, que proceda a uma ousada agenda de desindexação da economia, indo além de contratos atrelados a índices de preços; que a equipe econômica atue no universo de preços livres, onde há mecanismos de correção com base na inflação passada. Inclusive, o próprio governo deve abrir mão de reajustes de preços dos produtos e/ou serviços controlados por ele, como a energia elétrica, que é a terceira mais cara do mundo. Esse é um tema que pretendo trazer para um debate mais aprofundado em breve.

Creemos que agora que a inflação bateu no teto da meta estipulada pela equipe econômica, cujos efeitos negativos a população já sente, com a alta nos preços dos gêneros alimentícios e dos combustíveis, que afeta, principalmente, as famílias de classe média baixa e os pobres. É hora de o governo federal agir no combate à inflação, com metas firmes para pôr fim à indexação de preços."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sra. presidente e srs. deputados, pelo prazer da polêmica, vou mencionar a fala do deputado Edison Andrino, a quem, pessoalmente, devoto um grande carinho, um grande respeito pela história que tem em Santa Catarina. Mas às vezes acho estranha a posição do PMDB no Parlamento, porque quando é coisa boa do governo federal tratam-no como "nosso governo", quando alguma coisa talvez tenha mudado, aí chamam "governo do PT". Fica muito divertido isso.

Ora, o vice-presidente da República, Michel Temer, é do PMDB! E a ampla base de apoio do governo Dilma Rousseff é do PMDB. Aliás, o PMDB está na base de apoio de todos os governos ao longo de décadas neste país. *Hay gobierno, estoy dentro*, contrariando a máxima que caracterizou alguns setores da opinião pública, particularmente na América Latina.

Mas uso a tribuna, sra. presidente, para tratar de assunto mais relevante, ou seja, algo que virou notícia trágica nos jornais do estado e, provavelmente, de todo país: os atos de um ex-deputado federal de Santa Catarina e reservo-me o direito de não mencionar os detalhes tamanha a brutalidade de tudo o que tem vindo a público.

Contudo, acho que esta Casa deve debruçar-se sobre outro tema. É tempo de revermos a questão do foro privilegiado. É tempo de todos nós, da classe política deste país, dizermos que não compactuamos que se suspenda a tramitação de um processo criminal apenas porque alguém é deputado estadual, federal, senador, vereador, prefeito, governador ou presidente da República.

Precisamos, é claro, preservar todos os parlamentares e todos os que disputam a vida política na sua opinião. Essa é sagrada e jamais pode ser objeto de qualquer afronta ou desgaste no Judiciário. Agora, autores de crimes, de ações tipificadas no Código Penal, ficarem escondidos sob o manto do foro privilegiado, é um absurdo!

Catarinenses, o estado democrático de direito não pode mais conviver com essa excrecência, com esse resquício da ditadura que é o foro privilegiado. Vejam v.exas. que na situação que se desenha, para embaraço de Santa Catarina, não haveria condições de punibilidade porque o manto do foro privilegiado exigiria um trâmite tal que os anos passariam e as coisas cairiam no esquecimento. No Brasil, qualquer um de nós, nesta Casa, pode cometer um crime e somente se alguém conseguir autorização na Assembleia Legislativa é que poderemos ser processados.

É um absurdo que ainda convivamos com tal tipo de coisa! Assim, o nosso mandato está elaborando um documento pedindo que esta Casa se posicione sobre o assunto e que se estabeleça um debate sobre a questão no Brasil.

Temos que lembrar que ao contrário do que prevê a lei do foro privilegiado para os detentores de mandatos populares, os parlamentares, por terem feito um juramento por ocasião da sua posse, têm uma obrigação muito maior de estrito cumprimento da legalidade, de estrito apego às leis vigentes neste país. E aí é inadmissível que se permita que um crime seja acobertado durante anos, com toda sorte de possibilidades recursais e de prescrição. Políticos não são uma casta, que, por isso, podem fazer o que quiserem. Ao contrário, mais do que em qualquer outro espaço, é no Parlamento que as pessoas investidas de mandato político devem estar atentas ao princípio da legalidade.

Portanto, tenho convicção de que esta Casa haverá de aprovar a proposição do nosso mandato, que é, na verdade, uma provocação para pôr fim ao foro privilegiado de parlamentares neste país.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sra. presidente, gostaria de registrar a presença do vereador Lorival Demathê, do PMDB de Jaraguá do Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja muito bem-vindo, vereador, a esta Casa Legislativa.

Sras. deputadas e srs. deputados, ainda estamos dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, mas alguns partidos não desejam ocupar a tribuna na tarde de hoje.

Sendo assim, esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h, quando recomeçaremos na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria, a qual terá o seu encaminhamento conforme o art. 143 e seus §§ do Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0167/2011.

Também comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0049/2011 e 0107/2011, de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0111/2011, de autoria do deputado Romildo Titon, que denomina Domingos Rigo o ginásio de esportes da Escola de Ensino Fundamental Rafael Dal Pai.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno o Projeto de Lei n. 0139/2011, de autoria do deputado Edison Andriano, que altera dispositivo da Lei n. 14.201, de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0372/2010, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que institui o Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa e emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0606/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a obrigatoriedade de projetos sociais com interação jovem/idoso nas escolas da rede pública estadual como troca de experiências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero, rápida e objetivamente, fazer menção a esse projeto de lei, uma vez que ele é importante para a educação de Santa Catarina.

Se formos observar, veremos que um dos motivos pelos quais a educação na Coréia do Sul, por exemplo, evoluiu imensamente foi exatamente devido à integração da escola com a comunidade e, sobretudo, a participação dos pais no dia a dia nas tarefas escolares em casa.

Então, esse projeto vem nessa esteira e, com certeza, visa a melhorar o ambiente na comunidade e na escola e fará muito bem para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0061/2011, de autoria do deputado Renato Hinnig, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente, Educacional e Assistencial Gente Amiga, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno,

as Indicações n.s.: 0318/2011 e 0319/2011, de autoria da deputada Angela Albino; 0320/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0321/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 0322/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Comunicamos que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s.: 0648/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0649/2011 e 0650/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0651/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0652/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0653/2011 e 0654/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0655/2011, de autoria do deputado Dado Cherem, 0656/2011, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0657/2011 e 0658/2011, de autoria do deputado Edison Andrino, 0659/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 0660/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 0647/2011, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao capitão-de-mar-e-guerra da Capitania nos Portos de Santa Catarina, pedindo a disponibilização de cópia do contrato de concessão da travessia fluvial Itajaí/Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0055/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Saúde, solicitando informações sobre os valores recebidos pelo governo do estado na área da saúde, relativos à catástrofe climática de 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

“Primeiramente, sr. presidente, quero fazer um convite às sras. deputadas, aos srs. deputados desta Casa e ao público catarinense para participarem, amanhã, de

uma audiência pública na qual se debaterá a condição da infância e da adolescência no estado de Santa Catarina. Essa audiência será realizada amanhã, dia 2 de junho, quinta-feira, às 14h, neste plenário.

Não é preciso justificar a importância desse debate para esta Casa, para o governo do estado e para a sociedade. Contaremos com a presença do Fórum e do Conselho Estadual da Infância, do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Justiça, da Pastoral da Criança, dos Conselhos Municipais e Tutelares e das secretarias de Assistência e de Justiça do estado, que estarão debatendo o problema da infância no estado de Santa Catarina.

Vivemos um momento de extrema preocupação sobre essa realidade, na verdade um drama que precisa de solução. Exemplifico isso, srs. parlamentares, com o aumento vertiginoso em nosso estado de casos de exploração sexual infantojuvenil, o que nos assusta e deixa-nos indignados. Precisamos de ações do governo do estado e essas ações governamentais precisam ser urgentes.”

O governo de Santa Catarina não pode mais querer tapar o sol com a peneira e não entender que em nosso estado, infelizmente, ainda acontece a exploração sexual de crianças e adolescentes. Vemos a todo o momento casos, alguns com mais ênfase, outros com menos ênfase, de exploração sexual de crianças e adolescentes. E a imprensa esta semana notificou um caso novamente. É um ato imperdoável!

Ficamos realmente indignados com essa situação. Por isso a importância de amanhã, quinta-feira, dia 2 de junho, participarmos dessa audiência pública ouvindo, sim, o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e os Conselhos Tutelares, que são as instituições envolvidas diretamente com esse assunto que é tão importante.

(Continua lendo.)

“Mais uma vez, nessa audiência, srs. parlamentares, far-se-á um apelo ao governador do estado de Santa Catarina para que assine, de uma vez por todas, o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Infantojuvenil. Somos o único estado da federação, para nossa vergonha, que ainda não assinou o Plano de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil.

Outro exemplo do caos - e que também é um problema que vem arrastando-se há muito tempo - é o nosso sistema socioeducativo, que já foi denunciado pelo Conselho Nacional de Justiça.”

É um sistema ainda baseado na tortura e na falta de estrutura para atender aos nossos jovens que, porventura, cometeram um ato infracional e que estão sendo jogados em várias clínicas com nenhum preparo, inclusive, para a sua ressocialização.

A infância das nossas crianças precisa ser respeitada e protegida. E não há nada mais caro para uma mãe do que as suas crianças e um estado que pense nas pessoas, como sempre frisa nosso governador. Mas para isso ele precisa, antes de tudo, proteger nossas crianças.

Falando em crianças - e aqui fica, mais uma vez, o nosso apelo para que as sras. parlamentares e os srs. parlamentares participem dessa audiência amanhã à tarde, quinta-feira, dia 2 de junho -, tenho outro informe a dar, e esse realmente é muito bom: o Programa de Aceleração do Crescimento criado no governo do ex-presidente Lula, mantido e consolidado pela presidente Dilma Rousseff, agora, em sua segunda etapa, também é chamado de PAC dos Municípios, o Plano de Aceleração do Crescimento dos Municípios.

(Continua lendo.)

“E não é por acaso! Exemplo disso é o Plano de Aceleração e Crescimento de Creches, que presta assistência financeira aos municípios para a construção de escolas de educação infantil. E é esse assunto que venho informar a todos os srs. deputados e as sras. parlamentares nesta tarde.

O governo federal pretende instalar todas as escolas de educação infantil até 2014, com um custo de R\$ 7,6 bilhões, o que corresponde à criação de cerca de 1,5 milhão de vagas em seis mil creches no nosso país. Os recursos para essas obras sairão do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, denominado pela presidente Dilma Rousseff de ProInfância, agora inserido no PAC 2.

Nessa fase inicial, o investimento governamental é de R\$ 800 milhões. Já é um bom começo para quem não tinha nada, tendo em vista que os governos que antecederam o ex-presidente Lula não se preocuparam com o bem-estar das mulheres que precisavam deixar os seus filhos num local seguro, muito menos com as crianças que necessitavam desse apoio. Pelo contrário, os governos anteriores lavaram as mãos e deixaram de investir na educação infantil.

Desde a sua criação, o programa federal já formalizou convênio com 2.151 municípios para a edificação de 2.348 creches. Em março deste ano, srs. parlamentares, foram assinados convênios com 419 municípios brasileiros para a construção de 718 unidades de educação infantil que irão atender a cerca de 140 mil crianças no país. Sabemos que é preciso mais, porém já é um excelente começo!

Em nosso estado 36 municípios assinaram convênio para a construção de 49 unidades de atendimento à educação infantil. Mas, infelizmente, alguns municípios perderam essa oportunidade e, lamentavelmente, mais uma vez, o município onde resido, Blumenau, deixou de receber os recursos para a construção de creches sob a alegação que não havia terreno em Blumenau para abrigar uma creche do governo federal.”

Imagine, deputado Sargento Amauri Soares, uma cidade como Blumenau, com mais de 300 mil habitantes, não ter um terreno para edificar uma creche do governo federal. Sei que existem muitas mães que ainda estão na fila de espera querendo colocar as suas crianças na creche para poder ingressar no mercado de trabalho.

Blumenau deixou de se registrar porque o prefeito disse que não havia terreno na cidade para construção de creches! É lamentável a posição do prefeito! Imaginem, se a prefeitura não possui um terreno! Se não tiver, que compre! Mas mais uma vez, Blumenau dá um atestado de incompetência e de falta de compromisso com aquilo que é essencial.”

Há filas de crianças querendo vagas nas creches de Blumenau, mas a resposta da prefeitura é que não existe terreno. Repito: se não há terreno, basta que adquira um! É simples assim! Compre-se terreno para edificar tantas coisas naquela cidade, mas quando é para atender às mulheres e às crianças, o prefeito diz que não há dinheiro e que não há terreno.

Sr. presidente e srs. deputados, queremos lamentar esse fato e enaltecer a importância dos municípios que assinaram convênio com o governo federal e que irão assegurar para as mães um local seguro para deixarem seus filhos para poderem trabalhar.

Então, quero dar os parabéns à presidenta Dilma Rousseff, que tem investido maciçamente no estado de Santa Catarina, e quero lamentar o posicionamento do prefeito de Blumenau, que não comprou um terreno para edificar uma creche para atender as nossas crianças.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O próximo orador inscrito é o deputado Jailson Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero cumprimentar todos os parlamentares e os funcionários desta Casa. Na passagem do Dia Nacional da Imprensa no Brasil, meus cumprimentos, pois realmente tem feito um papel relevante, principalmente com relação aos embates que ocorreram neste Parlamento.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, no dia de ontem, adotou uma posição quase que inédita em nível nacional para quem é dirigente de um Parlamento, ou seja, cortou o salário de funcionários ativos e inativos que ultrapassam o teto constitucional. Confesso que não poderia esperar outra postura além da que teve ontem, deputado Moacir Sopelsa, do nosso presidente, deputado Gelson Merisio, quando revelou o seu senso de responsabilidade determinando medidas saneadoras referentes aos grandes salários. Ou seja: o teto constitucional desta Casa é de R\$ 20.045,00, o que acaba com o discurso de diferentes valores, R\$ 22 mil, R\$ 23 mil, R\$ 25 mil, R\$ 26 mil etc.

Então, quero, de forma muito respeitosa, cumprimentar o nosso presidente pela postura serena, mas firme. Não podemos parar por aqui, porque temos que tratar, deputado Dirceu Dresch, tudo isso dentro do contexto dos poderes do estado de Santa Catarina e não apenas desta Casa.

Nesse sentido, encaminhamos pedido de informação ao Tribunal de Justiça, deputado Jorge Teixeira, e tenho aqui documento assinado pelo presidente, desembargador Trindade dos Santos, com a resposta.

(Passa a ler.)

“Em atenção ao ofício solicitado, informo que aqui neste tribunal nenhum servidor percebe mais do que o valor remuneratório previsto no teto constitucional.”[sic]

Então, o que dizia é que se isso acontece em todos os poderes, tenho aqui, pelo menos, documentado e registrado pelo presidente do Tribunal de Justiça que não. Mas temos que ir além e estabelecer de forma clara, constitucionalmente, um piso para todos os poderes. Inclusive, muito se reverberou por aí que no final do ano, em alguns poderes, que não este, houve distribuição de bonificações que chegaram a R\$ 50 mil. Também temos que estabelecer que nenhum poder poderá, seja através de bônus ou de qualquer outro artifício ou denominação, dar esse tipo de complementação remuneratória no final do ano.

Hoje somos parlamentares desta Casa, deputado Moacir Sopelsa, mas amanhã poderemos não mais estar aqui, pois não somos perenes nesta instituição. Mas tenho absoluta convicção de que daqui a pouco haverá gente que não saberá interpretar o que é subsídio e virá com os remendos, com os chamados penduricalhos novamente.

Então, a partir do momento em que o nosso presidente teve essa postura honorável, temos todos que assumir o que isso representa no contexto, tirando o famoso “sempre foi assim” e regulamentando essa questão com transparência, através de lei, porque quem não consegue entender, ao ler claramente o texto legal não mais poderá arguir esse direito, uma vez que valerá para todos os poderes. Ao mesmo tempo, a nossa bancada vai entrar com as ações judiciais cabíveis para poder discutir o passado, mesmo porque os funcionários que perderam a insalubridade, que havíamos corrigido, entraram com ações e a Procuradoria-Geral do Estado interpretou como direito adquirido.

Então, a nossa bancada entrará com ações, diria até que preventivas, em relação ao chamado direito adquirido, e caberá ao Ministério Público e o Poder Judiciário resolver o que se relaciona ao passado. Criamos uma nova história na Assembleia Legislativa, porque a partir do procedimento de ontem, um novo capítulo passou a ser escrito nesta Casa. A partir de ontem ficou aqui demonstrado que a lei existe porque existe o Parlamento e porque existem os deputados que representam o povo de Santa Catarina.

Então, fico muito feliz com as matérias que saíram publicadas nos jornais de hoje, porque agora isso passa a ser assunto do passado e daqui para frente temos que seguir o leito do rio, construindo novos caminhos, mostrando que as outras Assembleias Legislativas também podem

seguir-lo. Durante esta semana alguns deputados de outros estados pediram informações e formas para que eles assumam também esse debate em outras Assembleias páis afora. Desejamos que outros presidentes Assembleias Legislativa tenham a mesma conduta do nosso presidente, deputado Gelson Merisio.

Temos que enaltecer, neste momento, no Dia Nacional da Imprensa no Brasil, a importância que ela teve nesse debate, pois de forma muito madura irradiou para o estado de Santa Catarina a transparência deste Poder, que não é apenas a transparência do portal, mas a transparência de todos os deputados e do seu presidente em adotar uma medida arrojada, uma medida correta, uma medida que honra o Parlamento diante do povo de Santa Catarina.

Deputado Joares Ponticelli, v.exa., no debate com sua bancada, fraternalmente, também contribuiu, assim como o PMDB, o PSDB e o PSD. É dessa forma que se constrói. O meu partido também está na luta, assim como os demais que ajudaram a construir o debate e a saída correta, que enalteceram o nosso papel neste Parlamento.

Quero, mais uma vez, parabenizar todos os deputados, a Mesa Diretora, o nosso presidente, deputado Gelson Merisio, que de forma ágil, de forma racional e moralizadora tomou uma decisão que honrou o Parlamento de Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, com a assinatura dos líderes de bancada, encaminhamos uma solicitação de suspensão da presente sessão por dez minutos, para que Gilson Panceri Júnior faça, em nome dos organizadores da I Mostra Comemorativa ao Dia Estadual do Vinho, uma rápida explanação sobre esse momento e sobre essa atividade que está acontecendo na Assembleia Legislativa.

Então, gostaria de solicitar, de acordo com o nosso Regimento Interno, a suspensão desta sessão para que ele possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, assinado por todos os srs. líderes, solicitando a suspensão da sessão por até dez minutos, para que o sr. Gilson Panceri Júnior, enólogo, possa tecer comentários sobre a I Mostra Comemorativa ao Dia Estadual do Vinho, que é festejado todos os anos no primeiro domingo de junho e que já está incluída no calendário oficial do estado a partir da Lei n. 14.711/2009.

Está suspensa a presente sessão.

O SR.PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa)(Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente!

Caros colegas deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL, que nos ouvem pela Rádio AleSC Digital e público aqui presente nesta tarde de quarta-feira.

Apesar do silêncio na tarde de hoje, neste plenário quase glacial, em termos de calor político bem abaixo de zero, quero lembrar que o governo do estado está para apresentar uma proposta de solução para o Magistério estadual, que continua em greve. Não é porque as professoras e os professores não estão aqui que devemos esquecer que existe uma greve bastante forte, talvez a greve mais forte do Magistério estadual das últimas décadas, que precisa de uma solução.

Temos acompanhado várias manifestações favoráveis dos deputados governistas, o que é positivo, o que é bom, assim como temos acompanhado também que essa greve tem uma importância tão grande que trouxe à luz do debate neste Poder, inclusive, a repartição dos recursos entre os Poderes. E para nosso espanto, creio que da totalidade das pessoas e praticamente da totalidade dos deputados, ficamos sabendo que os recursos do Fundeb são destinados também para os poderes: vale para o Poder Legislativo, para o Poder Judiciário, para o Ministério Público e para o Tribunal de Contas. Evidentemente, é um absurdo o dinheiro da Educação, carimbado para a Educação, usado para fortalecer o Orçamento dos poderes! É lógico que está havendo o fortalecimento do aparelho do estado em detrimento da população.

Com essa forma de administrar, de pensar ou de conceber os recursos públicos é evidente que sempre vamos ouvir o argumento de que não há dinheiro para pagar melhor os professores, para pagar melhor os policiais e bombeiros e os servidores da Saúde!

Entretanto, sr. presidente, desejo falar também de outros segmentos do serviço público, da angústia existente na base da Segurança Pública, entre os praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, assim como na base da Polícia Civil, no sistema prisional e no Instituto Geral de Perícias. Os servidores da base estão com os salários bastante aviltados nos últimos anos.

As últimas medidas do governo anterior pioraram a situação atual porque atenderam aos setores de cúpula, o que equivale a 5% dessas instituições, de forma privilegiada, em prejuízo, em detrimento, discriminando, 95% das categorias, justamente aqueles que estão na linha de frente para atender à sociedade, para defender a sociedade no momento em que ela mais precisa.

Os salários dos praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, assim como

de toda a base da Segurança Pública está ruim. As últimas medidas, como disse, foram discriminatórias, sendo concedido R\$ 2.000,00 para delegados, oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e apenas R\$ 250,00 para os demais, para 95%! Foi um absurdo e há, portanto, um sentimento de insatisfação, de indignação que se arrasta do ano passado para cá.

Estamos chegando à metade do primeiro ano do governo Raimundo Colombo e até agora não foi dita nenhuma palavra que alegre, que dê alento a esse contingente de servidores públicos. Aliás, segundo a coluna do jornalista Moacir Pereira de ontem, o governo admite que os servidores da Segurança Pública e da Saúde são credores do governo do estado no quesito salário. Portanto, o governo admitir isso é o primeiro passo para avançarmos e fazermos uma discussão efetiva.

Quero falar também sobre os direitos, as lutas, o plano de carreira e as demandas dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Quero ainda fazer referência a dois eventos de que participei durante o mês de maio e que terminaram ontem. No dia 13 de maio houve a formatura dos cabos do Corpo de Bombeiros Militar, turma pela qual fui honrosamente convidado para ser paraninfo. Agradeço o convite e parabeno todos os formandos, assim como o comando do Corpo de Bombeiros pela bonita formatura. Aconteceu também a formatura de cabos da Polícia Militar, realizada na última segunda-feira, dia 30.

As duas formações de cabo são no mês de maio porque os dois cursos começaram no mês de março e têm duração de dois meses. No entanto, esses servidores foram convocados para esses cursos em dezembro do ano passado. Passaram três meses trabalhando na Operação Veraneio na condição de alunos. Esperamos que nos próximos cursos os comandantes da Polícia não repitam isso, porque é uma barbaridade pegar profissionais com 25 anos de serviço e colocar a trabalhar três meses na Operação Veraneio como alunos, para depois fazer curso de dois meses. É um absurdo que seja assim e creio que os atuais comandos do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar terão sensibilidade para não repetir isso no final do próximo ano.

Durante 2010 tivemos notícias positivas da Segurança Pública, com 465 alunos, soldados ou novos policiais militares já na última metade do curso de formação de soldado, no Centro do Ensino da Polícia Militar, na Trindade. Outros 500 estão sendo chamados para contato, nos próximos meses, para estarem prontos no ano que vem. Fala-se em 1.000 e também em outros 500, enfim, 1.500 policiais militares entre 2011 e 2012. No entanto, 1.500 é justamente o número de policiais militares que se aposentaram, que foram afastados do serviço e que pediram baixa em dois anos. Mil e quinhentos é a quantidade que sai em dois anos, portanto, é preciso uma proposta de incorporação ano a ano, de um número importante de policiais para que haja reposição e não diminuição do efetivo.

Eram essas as notícias importantes, ou seja, as contratações da

Polícia Militar, que precisam continuar, precisa haver outras tantas nos anos vindouros, assim como a formação de cursos de cabos que haverá em maior quantidade este ano.

Na última segunda-feira, no final da tarde, na Trindade, no Centro de Ensino, conversava com uma policial feminina que tem, com certeza, mais de 20 anos de serviço, que chegou para mim e disse, muito admirada, que uma colega com 27 anos de serviço passara para a reserva. Eu, inadvertidamente, disse que se fosse mulher e policial e tivesse 27 anos de serviço iria embora também. Elas têm direito à aposentadoria com 25 anos. Mas se com 25, 27 anos de carreira ainda são soldados, qual a valorização que a instituição está dando para essas companheiras? E isso vale também para os policiais militares.

Temos milhares de vagas para cabo, terceiro e segundo-sargento em aberto na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros. Milhares! Houve a formatura na Polícia Militar de 38 cabos. No Corpo de Bombeiros um número parecido num universo de mais de quatro mil soldados na faixa dos 25 anos de serviço. Ora, se temos quatro mil soldados na faixa de 20 anos de serviço ou mais, se temos milhares de vagas de cabo e de terceiro-sargento em aberto, o que falta para que esses companheiros sejam chamados para o curso, para que se garanta promoção, dignidade, honra e para que se fortaleça a segurança pública?

Esse é o debate que temos que fazer. E de fato causa indignação a situação dos soldados da Polícia Militar, assim como dos cabos que não aguentam mais esperar promoções que demoram, demoram e demoram.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o deputado Gilmar Knaesel, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, que preside esta sessão, deputado Aldo Schneider, demais colegas, assomo a esta tribuna para fazer uma referência muito especial. Acredito que os colegas ainda não tenham percebido a real dimensão do projeto de lei que aprovamos há pouco na Ordem do Dia.

Aproveitando a presença do jornalista Moacir Pereira, que ao longo dos anos vem cobrando atenção e apoio à área cultural do nosso estado, quero dizer que o Projeto de Lei n. 0372/2010, aprovado no dia de hoje pela unanimidade dos parlamentares, é, sem dúvida, a concretização do grande sonho de todos os produtores culturais de Santa Catarina.

Durante muito tempo a área cultural vinha buscando uma lei que lhe desse a tranquilidade de saber que anualmente teria recursos públicos para desenvolver todas as suas atividades. E isso de forma transparente, de forma democrática, à qual todos pudessem ter acesso, desde o pequeno produtor até os grandes produtores, nas pequenas ou nas grandes cidades.

Sob a liderança do dr. Pêrcles Prade, então presidente do Conselho Estadual de Cultura, foi-nos proposto que instituíssemos o edital da área cultural. O edital é, na verdade, uma premiação, que se destina a escolher em todas as áreas culturais os melhores trabalhos, as melhores propostas e as melhores ideias para terem a parceria do governo do estado.

Fizemos o primeiro edital, um projeto pioneiro, que foi considerado um exemplo, um modelo para os demais estados brasileiros. Agora, com a aprovação da lei pelos 40 deputados estaduais, o Poder Executivo terá que, anualmente, realizar o edital. E escolhemos o nome de Elisabete Anderle para denominar o prêmio a fim de homenagear aquela que foi presidente da Fundação Catarinense de Cultura, por um curto período, é verdade, mas que deixou uma marca profunda de trabalho, de dedicação, de lealdade e, sobretudo, de conhecimento da área cultural.

Assim, o Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura vai atender às sete áreas mais importantes da cultura: artes populares, artes visuais, dança, letras, música, patrimônio cultural e teatro. Com isso vamos poder, definitivamente, ter uma política cultural em Santa Catarina.

Também quero dizer que tenho certeza absoluta de que teremos o apoio do governador Raimundo Colombo, porque essa

iniciativa foi nossa, na legislatura passada, e do então governador Luiz Henrique da Silveira, mas acredito que o governador Raimundo Colombo, haverá de sancionar essa proposta, torná-la lei definitivamente e assim receber de toda a área cultural do nosso estado os aplausos e, com certeza, a tranquilidade de poder ter uma política cultural perene, que foi o grande anseio de todos durante muitos anos.

Por isso, quero cumprimentar todos os deputados que votaram favoravelmente à matéria no âmbito das comissões e agora, no plenário. Tenho certeza, deputado Antônio Aguiar, de que como v.exa. lá atrás propôs um projeto de lei para instituímos as olimpíadas da melhor idade, que hoje são um grande sucesso em Santa Catarina, tanto em participação como em resultados sociais, esse projeto vai ter a mesma repercussão como a sua iniciativa naquele momento na área esportiva.

Então, mais uma vez precisava fazer esse registro em plenário, pois já o fizera no momento da tramitação, mas precisava também fazer o reconhecimento de todos os que trabalham na área cultural, principalmente as organizações e as entidades que representam o segmento, e, acima de tudo, o reconhecimento da Fundação Catarinense de Cultura, que ao longo de tantos anos buscou a aprovação dessa lei e que somente agora, sob a presidência de Joceli de Souza, conseguiu.

Sr. presidente, tenho certeza de que o deputado Cesar Souza Júnior, como secretário de estado, colherá os frutos e verá os resultados práticos da aplicação dessa lei.

Quero fazer, finalmente, uma referência especial ao Conselho Estadual de Cultura, aos seus membros de todas as épocas, que sempre tentaram esse caminho e que não obtiveram sucesso por razões outras. No entanto, nunca lhes faltou vontade de ver essa lei aprovada, tornando-se um instrumento legal e oficial da política cultural.

Agradeço mais uma vez o apoio de todos de todos os srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Chereim - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Convida secretários municipais de Saúde para audiência pública visando organizar mutirão de cirurgias eletivas no estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Crítica distribuição equivocada dos recursos do Fundeb; elogia atitude do presidente Gelson Merisio.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Tece comentários sobre audiência pública que tratou da questão da produção orgânica em SC.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Enfatiza a importância da alimentação orgânica.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Crítica a veiculação de propaganda enganosa sobre alimentos industrializados.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Analisa relatório do TCE sobre as contas do governo estadual do exercício de 2010.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI (aparte) - Manifesta preocupação em relação aos repasses às Apaes de SC.

Partidos Políticos

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Reporta-se ao Dia Internacional do Meio Ambiente.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a filiação no PSD do vereador Patrício Destro, de Joinville.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Fala sobre a desapropriação de pequenos agricultores de Cunha Porã e Saudades em função de questões indígenas.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Afirma que a solução para os problemas em Cunha Porã e Saudades está bem encaminhada.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Lembra que os agricultores de Araquari sofrem o mesmo problema.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Reforça o registro da presença do vereador Patrício Destro, de Joinville, o mais votado da história de SC.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Procede à leitura do discurso do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, na assembleia da OMS.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Solidariza-se com o deputado Volnei Morastoni.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se à produção de vinho em SC; aborda a necessidade do resgate do papel dos Legislativos estaduais; manifesta preocupação com a greve dos professores.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Convida para a audiência pública em Chapecó, convocada pela Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas; manifesta-se em apoio aos servidores do IGP; apresenta balanço de sua viagem a Brasília; salienta preocupação com a questão do Magistério.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Expressa esperança de solução para a greve do Magistério.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Solicita apoio para o projeto de sua autoria que dispõe sobre os recursos da Educação.

Ordem do Dia

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Sauda o novo presidente do Sindaúde, Pedro Paulo das Chagas, e os integrantes da atual e da futura diretoria.

Explicação Pessoal

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (pela ordem) - Convida para a audiência pública em Rio do Sul, para debater a situação da Saúde.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Tece considerações a respeito do financiamento da Saúde e da Educação.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Neodi Saretta.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta-se a respeito da situação da Saúde e da greve dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Reno Caramori, sr. presidente da Casa, deputado Gelson Merisio, presente nesta sessão, srs. deputados e sras. deputadas, o assunto que me traz hoje à tribuna é da mais alta relevância - a saúde.

Como havia conversado na terça-feira sobre cirurgias represadas, um assunto importante, estivemos reunidos quarta-feira na comissão de Saúde, junto com o presidente daquela comissão, deputado Volnei Morastoni, que é médico, e com o também médico, deputado Jorge Teixeira.

Temos certeza de que iremos fazer uma grande audiência pública no dia 15 de junho, às 9h, neste plenário. Essa audiência se destina a tratar do assunto mais importante que há na saúde, que é a vida. As cirurgias represadas, as cirurgias eletivas, são aquelas que não são de emergência, mas podem tornar-se de emergência. Essas cirurgias estão represadas no estado inteiro. Estamos convocando todos os secretários municipais de Saúde do nosso estado para comparecerem a essa audiência pública, a fim de que tragam o número de cirurgias represadas em seus municípios, por especialidade, ou seja, aquelas que os médicos pediram para ser feitas e que, portanto, são cirurgias encaminhadas, pré-selecionadas.

Estamos falando na comissão de Saúde sobre a importância de fazermos um grande mutirão para viabilizar as cirurgias represadas a fim de que os problemas não se agravem. Por exemplo: uma hérnia inguinal, uma simples hérnia, de repente pode encarcerar, fazendo com que o intestino comece a morrer, torna-se um caso de urgência, de emergência. Uma vesícula que não funciona muito bem e que de repente infecciona, vira um caso de emergência. Assim, realizando as cirurgias represadas, as cirurgias eletivas, faremos com que haja uma redução no número de cirurgias de emergência.

Portanto, vamos aprofundar-nos nesse assunto, para que as cirurgias eletivas sejam realizadas em todos os municípios do estado de Santa Catarina, fazendo com que a comunidade catarinense tenha mais satisfação, mais saúde e sintam-se melhor.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

Antes, porém, temos a satisfação de anunciar a presença dos alunos do curso de Jornalismo da UFSC, da terceira fase, que estão fazendo uma visita a este Parlamento, acompanhados do professor Rogério.

Agradecemos a presença de todos e voltem sempre. Gostaria que delegações de alunos de outros cursos das diversas universidades de Santa Catarina também visitassem este Parlamento, não somente do curso de Jornalismo, para levarem a realidade desta Casa a mais pessoas.

Muito obrigado pela presença de vocês e voltem sempre.

Agora, sim, com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital ou que estão neste plenário acompanhando a sessão, principalmente os estudantes de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Venho manifestar a minha satisfação em saber que, na tarde de hoje, o governador Raimundo Colombo vai reunir-se com a direção do Sinte para tentar uma solução para o impasse da greve do Magistério, que já dura duas semanas, em função do não pagamento do piso nacional de salário, que é incontestável, que é um direito líquido e certo, além do que a greve é um movimento legítimo há 30 anos no estado de Santa Catarina.

Vamos torcer, evidentemente, para que o governo e o sindicato possam chegar a um acordo, pelo menos parcial, no sentido de um encaminhamento que garanta um compromisso e políticas de cumprimento do piso que possam fazer com que o Magistério volte ao trabalho.

Assim, quero parabenizar todo o Magistério estadual, as professoras e os professores, pela força, pela unanimidade e pela beleza da greve. Temos uma posição sempre em defesa dos trabalhadores e a satisfação de ver uma greve que é unanimidade dentro do Magistério deste estado, como também dentro do poder político, dos meios de comunicação e do interior da sociedade. Trata-se de uma greve apoiada por todos, inclusive pelos pais dos estudantes e pelos próprios estudantes das escolas do estado de Santa Catarina.

Quero torcer, portanto, pelo avanço na negociação, a fim de que se tenha uma saída negociada e a solução obviamente pelo pagamento do piso salarial. Essa greve, além da importância que em si já tem, trouxe um debate também importante a respeito do uso dos recursos públicos, especificamente o dinheiro do Fundeb. Ficamos sabendo, por conta dessa greve, que o dinheiro do Fundeb é repartido, inclusive, com os poderes. E não se trata de uma manobra dos poderes em Santa Catarina, do governador ou dos ex-governadores. A legislação é dúbia em nível nacional e permite essa possibilidade. Chocamos saber que um dinheiro que deveria ser especificamente usado na Educação venha sendo usado para outros fins e até repartido entre os poderes.

A Assembleia Legislativa precisa tomar uma posição. Aliás, o presidente Gelson Merisio já a tomou. E faço este registro e um elogio ao presidente por isso. A Assembleia Legislativa acha que o dinheiro do Fundeb não deve ser repartido entre os poderes e não deve vir para esta Casa. Acho até que deveríamos devolver esses recursos, porque existem

escolas caindo, professores com salários aviltados. É um absurdo que o Judiciário, o Legislativo, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado usem esses recursos para pagar super salários inclusive, não apenas para isso, evidentemente. Isso é um absurdo e como deputado chego a ficar com vergonha!

Uma professora me cobrou, na entrada do plenário: "Dinheiro da Educação para a Assembleia e os demais poderes, deputado?!" Eu disse: "Sim, da Educação, da Saúde, da Segurança e muito mais é repartido entre os poderes, através do duodécimo, todos os anos". E aí ela falou: "Mas dinheiro do Fundeb?!" Então, saí dali e fui atrás dessa informação. Pois, para meu espanto, é verdade!

Portanto, é preciso que façamos esse debate, pois o Poder Legislativo tem a responsabilidade de se posicionar com relação a essa questão, no que tange à Constituição de Santa Catarina e à legislação estadual, para que isso não aconteça.

Estourou agora a precariedade na Educação, na Saúde e na Segurança Pública. Cada ano que passa, a gritaria da sociedade por mais segurança, por mais saúde e por mais educação aumenta e, evidentemente, vem para este Poder. Em retórica, todo mundo fala em defesa do fortalecimento da Educação, da Saúde e da Segurança Pública, mas na prática as coisas têm caminhado no sentido inverso.

Houve, nas últimas décadas, a diminuição dos recursos aos serviços públicos essenciais. Uma política de ajustes fiscais, tão elogiada nos meios oficiais de comunicação e nos meios oficiais da política, estabeleceu o ajuste fiscal como uma coisa necessária e bonita. Na verdade, no fundo, existe a retirada de recursos dos serviços essenciais. Faz 20 anos que essa política está sendo implementada no país. É uma política global e universal definida pelos organismos internacionais do sistema capitalista, no sentido de retirar recursos dos serviços essenciais, dos serviços públicos. E para onde estão indo esses recursos? Essa é a questão!

Acho, deputado Ismael dos Santos, que podemos falar, no Brasil, e não só neste país, numa república das empreiteiras e dos grandes bancos. Tem havido vários episódios demonstrando como esses setores, bastante bem posicionados na economia e, portanto, na política nacional e local, têm tratado com deboche os poderes constituídos. Fizemos audiências públicas na Assembleia Legislativa e nas Câmaras Municipais para ouvir as empreiteiras, as empresas, as autoridades responsáveis pela fiscalização, mas elas não aparecem sequer para dar explicação daquilo que estão fazendo com o dinheiro público.

Na segunda-feira passada - e a deputada Ana Paula Lima falou sobre isso nesta semana - estivemos visitando, com o deputado Ismael dos Santos, a região do Morro do Baú, em Ilhota, para verificar a situação das famílias atingidas na tragédia de 2008. Foi gasto bastante recurso público lá, mas muito daquilo que foi feito com recursos públicos já não existe mais! Deputada Luciane Carminatti, três pontes construídas nos últimos dois anos já caíram. Fizeram em cima da areia, a água veio, tirou a areia de baixo e a ponte caiu, afundou. Mas alguém recebeu o dinheiro para fazer aquelas pontes!

Deputado Reno Caramori, as famílias de agricultores estão indignadas. V.Exa. sabe que os nossos antepassados construíam pontes há 50, 70 anos, com duas juntas de bois, dois cernes de madeira de lei e elas

duravam 20, 30 anos. O estado nem aparecia lá, os próprios agricultores construíam as pontes. Agora o estado gasta milhões contratando empreiteira para fazer a obra, que cobra bem e diz que existe fiscalização - inclusive, este Poder é um órgão fiscalizador -, mas em menos de dois anos a ponte cai. Uma ponte de concreto é arrancada pela enxurrada! Evidentemente, precisamos refletir sobre essas questões e tomar posição para mudá-las.

Voltando ainda ao debate que fazíamos na quinta-feira passada a respeito dos impostos e a constatação de que os ricos não querem pagar imposto no Brasil, aliás, nem os ricos nem a chamada classe média, quero dizer que é uma política que prejudica os pobres. Esse um debate que precisa ser feito. O problema não são os impostos ou a quantidade de impostos, é o uso desse dinheiro. Na república das empreiteiras, com certeza os impostos são utilizados em benefício de meia dúzia de poderosos e em prejuízo da maioria da população. Esse o debate que precisamos fazer.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha e que nos visita no dia de hoje!

Queremos dizer, deputado Sargento Amauri Soares, que estamos na expectativa, hoje, de conseguir uma resposta concreta do governo do estado. Haverá uma audiência, hoje à tarde, com os professores e esperamos conseguir avançar e resolver esse impasse, que a cada dia vem preocupando mais os pais, os alunos e os professores, que também querem voltar para a sala de aula e cumprir a sua função na Educação.

Então, a expectativa é de que de fato o governador traga uma proposta concreta para a sociedade catarinense. Essa é a nossa expectativa!

Mas o que quero, no dia de hoje, trazer presente a toda sociedade catarinense, através da TVAL e da Rádio Aleisc Digital, é a importante audiência pública que realizamos nesta Casa, na terça-feira pela manhã, que tratou de um tema extremamente importante, na minha avaliação: a produção orgânica em Santa Catarina, a produção de alimentos de forma agroecológica em nosso estado.

Hoje, são mais de três mil famílias, deputado Neodi Saretta e deputada Luciane Carminatti - e foi uma solicitação da nossa bancada a realização dessa audiência pública -, que produzem de forma orgânica no estado de Santa Catarina, ou seja, sem o uso de agrotóxicos, cuidando do meio ambiente e da qualidade dos alimentos.

Essa perspectiva da pequena propriedade produzir de forma limpa, com qualidade, é, com certeza, um tema que tem tudo a ver com a saúde pública, com a saúde dos agricultores, mas também e principalmente de quem consome esse alimento. O alimento que consumimos significa a nossa sobrevivência, a nossa vida. E quando esse alimento é de qualidade, significa que teremos de fato uma vida com saúde e com dignidade.

Inúmeras propostas foram aqui discutidas, como também a situação dos

agricultores, a situação da comercialização desses produtos, o espaço no mercado para esses produtos, seja no mercado institucional - escolas, hospitais, presídios -, seja no mercado tradicional: nos supermercados, nas feiras livres etc.

Os agricultores cobraram muito a participação do estado, da política pública, para incentivar essa produção e comercialização.

Deputado Volnei Morastoni, já realizamos belas audiências públicas, uma delas foi em Chapecó, da qual participei. E um dos grandes temas que as entidades e as lideranças dos agricultores trouxeram foi a qualidade do alimento e o agrotóxico usado - e o Brasil, infelizmente, tornou-se o primeiro colocado, em nível mundial, em uso de agrotóxicos, passou à frente dos Estados Unidos. As entidades levantaram que o problema central é a qualidade do alimento, porque as pessoas estão muito doentes.

Fiz uma pesquisa no município de Saudades e fiquei espantado, deputado Mauro de Nadal, ao ver o número de jovens com 30 ou 40 anos que estão condenadas com câncer. E boa parte delas é de agricultores.

Então, há uma necessidade de esta Casa, o estado e os governos discutirem esse tema. Não há um levantamento, por exemplo, concreto do que causa o uso do agrotóxico na saúde pública. Não existem dados sobre isso e precisamos fazer um levantamento. Há os agricultores que trabalham com a fumicultura, por exemplo, e precisamos saber quais os problemas que isso causa.

Há em nosso município um problema seriíssimo de estresse, de pessoas tomando remédios de tarja vermelha, com depressão. O que causa isso? O que o agrotóxico tem a ver com isso? O que significa esse alto uso de agrotóxicos em nossa agricultura?

Por outro lado, a produção orgânica, agroecológica, respeita o meio ambiente e também o agricultor que produz e assim ele tem uma vida com melhor qualidade, mas também respeita o consumidor.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu querido líder, deputado Dirceu Dresch, participei dessa audiência pública e quero fazer aqui a mesma intervenção que fiz lá. O segredo da saúde está na alimentação orgânica, sem agrotóxicos, portanto, uma alimentação saudável. Hipócrates, que foi o pai da Medicina, 400 anos a.C. já dizia que o nosso alimento tem que ser o nosso medicamento. Infelizmente, hoje estamos com uma alimentação totalmente desregrada, comprometida com agrotóxicos e aditivos de todo tipo. Isso está na base da maioria das doenças que acometem a população. Quando me formei, há 30 anos, como médico pediatra, o principal problema que encontrei nas crianças foi a desnutrição. Hoje é o contrário, é a obesidade. E na base disso está o mesmo problema: a alimentação.

Então, estamos falando de saúde pública, de audiências, de hospitais, de mais verbas para a Saúde. Tudo isso tem que ser feito, porque é tratar as pessoas que já estão doentes. Acho que esse tema tem que tomar conta, cada vez mais, desta Casa, porque ele faz o cruzamento da saúde com a agricultura familiar e com tudo mais que é importante.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Dirceu Dresch, acabo de chegar ao plenário, mas quero dizer que esse tema é pertinente. Realmente, tenho muito interesse por esse tema, como um deputado que atua na área da saúde.

Apenas para enriquecer o debate da alimentação saudável, da importância da alimentação, quero dizer que, acima de tudo, deputado Dirceu Dresch, temos que focar em cima da má informação que chega todos os dias aos nossos lares e que chamamos de "inhos" e das "inhas", os salgadinhos e as bolachinhas. Todos os dias a criança alimenta-se mal e por isso há, hoje, uma geração, como disse o deputado médico pediatra, deputado Volnei Morastoni, de crianças e adolescentes com sobrepeso. E um adolescente com sobrepeso, ou obeso, será um adulto doente.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento. Acho que é importante essa manifestação nesse sentido, mas também focarmos em cima da má informação que chega todos os dias aos nossos lares.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado Dado Cherem, quero agradecer pelo aparte e dizer que no seminário construímos um conjunto de encaminhamentos. A comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Aldo Schneider, juntamente com a comissão de Meio Ambiente, presidida pelo nosso deputado Neodi Saretta, encaminhou um grupo de trabalho, uma articulação das entidades, da Assembleia e do governo, para, junto ao Comitê Estadual da Produção Orgânica, que já existe, construir um conjunto de encaminhamentos. E se o estado dá incentivo fiscal a vários setores, os agricultores também precisam desse incentivo. Inclusive, já temos um exemplo disto, que é a questão da isenção do ICMS do pinhão, que é um dos produtos importantes para Santa Catarina. Além disso, há outros temas na questão do mercado institucional para ter um produto de qualidade para as nossas crianças nas escolas.

Estamos trabalhando para reapresentar um projeto que já tramitou nesta Casa, a fim de que 30% da alimentação nas escolas estaduais e municipais sejam de produção orgânica, sejam de produção limpa e de qualidade para as nossas crianças. Se alimentarmos as nossas crianças com um produto de qualidade, com certeza a nossa população, no futuro, terá mais saúde e o estado, com certeza, vai gastar menos em saúde pública.

Normalmente, deputado Reno Caramori, a saúde pública trata a consequência e não vai à causa. Então, é preciso que campanhas de esclarecimento sejam feitas. O estado pode...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Gostaria de cumprimentar o presidente, os nobres deputados que aqui se

encontram, os assistentes e também o público da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Quero manifestar-me hoje com relação ao parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, que fez várias recomendações às contas do exercício de 2010, que foram apreciadas no dia 25 de maio, portanto, nos últimos dias.

Houve uma preocupação muito grande, nossa, quando tivemos conhecimento das várias ressalvas feitas pelo Tribunal, muitas delas já questionadas, inclusive, por vários deputados. Eu mesma já me manifestei por diversas vezes com relação aos investimentos na Educação, na Saúde, que fogem daquilo que preconiza a lei.

Em primeiro lugar, o destaque para a aplicação dos 25% da Educação. A ressalva que o Tribunal de Contas aponta é que há uma arbitrariedade, já repetida ao longo dos últimos anos, em que os profissionais da Educação inativos, os professores aposentados, portanto, estão sendo pagos com recursos dos 25% da Educação.

É importante dizer, mais uma vez, que o nosso deputado Neodi Saretta apresentou uma PEC, que garante que os professores aposentados continuem recebendo a sua remuneração sem perda alguma - e é importante dizer isso. Mas os recursos têm que sair, como dizem na gíria, de outro caixa, de outra gaveta, têm que sair da gaveta das contas do Tesouro do estado e não mais dos 25% da Educação.

Para terem uma ideia, gostaria de dizer que somente no ano passado R\$ 334 milhões foram utilizados para esse pagamento. Então, é importante dizer que essa é uma arbitrariedade que vem-se repetindo nos últimos anos.

Também quero dizer que percebi muita precariedade nas escolas estaduais. Visitei uma escola no interior do município de Xaxim que sequer luz elétrica tinha. E, infelizmente, recursos do salário-educação são tidos como superávit. Não dá para acreditar que está sobrando dinheiro do salário-educação. Inclusive, é muito clara esta ressalva: há vultoso superávit no salário-educação, enquanto esse dinheiro poderia ser utilizado para reforma, construção, ampliação, compra de equipamentos e também aquisição de acervos bibliográficos.

Então, está sobrando dinheiro na conta do salário-educação, deputado Reno Caramori, mas, por outro lado, há situações de escolas, como essa que mencionei ou como outra que visitei em Maravilha, onde sequer existe ambiente para as crianças brincarem. É lamentável que haja um quadro tão injusto com relação à Educação!

Também falando da Educação, há mais uma ressalva: os 2,05% referentes aos arts. 170 e 171, da Constituição Estadual não estão sendo repassados. Nas universidades comunitárias muitos alunos têm direito à bolsa dos arts. 170 e 171, mas este ano as instituições ainda não receberam nenhuma parcela desses recursos. Então, o problema aconteceu no ano passado e este ano - e já estamos na metade dele - está-se repetindo o mesmo problema já apontado pelo Tribunal de Contas do Estado.

Tive uma reunião com os reitores do Sistema Acafé e pude perceber que eles ficaram muito apreensivos com essa condição, porque quem é reitor tem que gerenciar os investimentos da instituição e, na verdade, eles não sabem quando vão receber esses recursos.

Temos também a Ressalva n. 11, que faço questão de ler:

(Passa a ler.)

"11. Deficiências constatadas em escolas públicas - Atraso no início do ano letivo de diversas escolas da rede pública estadual, motivado por deficiências de ordem gerencial (falta de professores) e estrutural (ausência de condições físicas)[...]"[sic]

Essa ressalva está dizendo o que apontamos em fevereiro de 2011. Na verdade, o estado está devendo concurso público, deputado Jorge Teixeira! O próprio Estatuto do Magistério prevê que a cada dois anos haja concurso público. Hoje há praticamente mais professores contratados do que efetivos, e o Tribunal de Contas está apontando isso como um problema de gerenciamento.

Então, pergunto: onde está a competência gerencial? Será que o estado não consegue sequer colocar professores em sala de aula? O que é isso?! Parece-me muito grave a situação que o Tribunal de Contas está apontando.

Vejam, srs. deputados, que não é o PT que está falando; é o Tribunal de Contas do Estado que está apontando como um problema de gerenciamento a falta de professores e a falta eficiência na gestão pública.

Falo mais uma vez dos inativos, e agora da Saúde. O Tribunal de Contas apontou que os inativos da Saúde precisam sair do percentual de 12%. Deputado Volnei Morastoni, quando o secretário da Fazenda esteve presente na comissão de Finanças e Tributação, da qual sou membro, ele falou categoricamente que a partir deste ano os inativos da Saúde sairão do percentual de 12%. Isto será muito bom, ou seja, todo o pagamento dos inativos deixará de ser feito com o percentual constitucional, deputado Neodi Saretta.

Com relação às Apaes, há outra constatação do Tribunal de Contas: R\$ 9,6 milhões deixaram de ir para as Apaes no ano que passou. Não quero nem dizer o que significa isso justamente para quem trabalha com educação especial. Passar a mão no dinheiro das Apaes, R\$ 9,6 milhões, é inadmissível e creio que não há justificativa para isso!

Quero dizer também que nesta Casa tramita um projeto de autoria do deputado Dirceu Dresch passando de 1% para 2% o repasse de recursos às Apaes. Mas hoje há R\$ 9,6 milhões que não estão sendo repassados às nossas instituições que trabalham com muita dificuldade. Então, não há palavras para expressar a nossa indignação com relação, também, à situação das Apaes.

Aparece como mais uma ressalva a deficiência na gestão das Unidades de Atendimento de Internação Provisória aos Menores Infratores. O TCE faz menção à falta de unidades especializadas para uma internação mais longa. E o próprio promotor de Justiça, Gercino Gerson Gomes Neto, quando esteve nesta Casa, afirmou, o que me deixou perplexa, que se Santa Catarina não é o pior estado na adoção de medidas socioeducativas é um dos piores. E o Tribunal de Contas mostra por quê.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Deputada Luciane Carminatti, agradeço o aparte e gostaria de compartilhar com a

eminente deputada a preocupação em relação ao repasse às Apaes. Tomei conhecimento dessa constatação do Tribunal de Contas e imediatamente solicitei à assessoria que formulasse um pedido de informação ao governo.

Acompanho o brilhante trabalho que as quase 200 Apaes fazem em Santa Catarina e por isso precisamos de mais informações que esclareçam, com muita profundidade, esse problema.

Então, comungo com a nobre deputada Luciane Carminatti a preocupação em relação aos repasses às Apaes de Santa Catarina.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Ainda há inúmeras recomendações do TCE a serem comentadas, mas não o farei por falta de tempo. No entanto, precisamos mudar esse quadro.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos pertencem ao PMDB.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de lembrar que o próximo domingo é o Dia Internacional do Meio Ambiente, um dia importante, especial. Nesse dia, o prefeito Magno Bollmann, de São Bento do Sul, vai assinar os 12 primeiros contratos de pagamento por serviços ambientais. Gostaria de valorizar essa iniciativa do prefeito e do secretário da Agricultura, Edimar Salomon, de São Bento do Sul, que estão-se organizando para recuperar a bacia do rio que abastece a cidade.

Fico feliz com essa iniciativa, pelo fato dos municípios começarem a valorizar a preservação do meio ambiente, bem como a remunerar os nossos agricultores por isso, pois se a sociedade quer água limpa, água pura, é preciso ajudar o homem do campo.

Assim, parabeno o prefeito e toda sua equipe.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch, essa é a grande realidade, mas continuamos culpando o homem do campo pela poluição. Aí está o exemplo de um prefeito tentando sanar os problemas lá no interior.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de registrar que está nesta Casa para assinar também como fundador do PSD o vereador Patrício Destro, que foi o vereador mais votado da história de Joinville. Esse é o registro que fazemos, juntamente com o deputado Darci de Matos.

Gostaria também, sr. presidente, de convidar todos os parlamentares e os envolvidos com a Defesa Civil no estado de Santa Catarina para amanhã, às 10h, uma

audiência pública promovida pelo Senado Federal, neste plenário, a fim de que juntos possamos discutir uma nova política, uma nova lei de proteção civil.

Então, amanhã acontecerá nesta Casa, das 10h às 12h, uma audiência pública promovida pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o primeiro orador inscrito no horário do PMDB, deputado Mauro de Nadal, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero cumprimentar v.exa. e, de forma especial, as sras. deputadas e os srs. deputados.

Novamente venho a esta tribuna para me manifestar acerca da preocupação que assola os pequenos agricultores que residem no interior das cidades de Cunha Porã e Saudades, municípios do extremo oeste do estado de Santa Catarina.

Semana passada, manifestei-me acerca dessa matéria e hoje quero trazer essa minha preocupação e inquietação.

(Passa a ler.)

"Desde 2000, constantes atos patrocinados pela Funai, juntamente com o Cimi e outras ONGs que atuam nessa área, vêm tirando o sossego de mais de 170 famílias de pequenos agricultores que vivem em propriedade de até 20ha de terra.

Preocupados com a situação imposta, agricultores de Cunha Porã e Saudades criaram também uma ONG denominada Movimento em Defesa da Propriedade, Dignidade e Justiça Social - DPD -, com o propósito de resguardar o direito à propriedade, preservar a vida de seus familiares e a pujante produção agrícola daquele local."

Na semana que passou tive a oportunidade de conceituar o direito à propriedade referindo-me ao art. 5º da Constituição Federal, mais especificamente ao inciso XXII, que trata do direito à propriedade. Também fiz referência à função social que a propriedade deverá desenvolver e que está caracterizada no inciso XXIII do mesmo artigo. Afirmei que naquelas localidades, além do justo título que todas as famílias de agricultores têm, datados muitas deles ainda de 1920, todas elas cumprem a sua função social, pois aqueles que lá vivem, além de estarem concentrados em uma pequena área, produzem riquezas para os municípios e para o estado de Santa Catarina. Portanto, todas as áreas, além de tituladas, atendem à função social.

Não podemos permitir, nobres deputados, que da noite para o dia aqueles humildes agricultores, com as mãos calejadas do trabalho pesado e da lida árdua, venham a perder aquilo que foi a conquista do suor do seu trabalho de décadas e décadas, um pedaço de terra.

A questão dos municípios de Cunha Porã e de Saudades é diferente das demais que acontecem no estado de Santa Catarina porque lá no interior desses dois municípios, desde 2000, não encontramos nas famílias dos agricultores e muito menos nos assentos dos registros o nascimento de algum indígena. Os índios foram para lá, em 2000, oriundos de Nonoai, município vizinho do estado do Rio Grande do Sul, mas os agricultores, ainda naquele ano, conseguiram a reintegração de posse, provando aquilo que afirmei há pouco: a não existência de aldeamento indígena nas duas localidades.

Minha maior preocupação, nobres parlamentares, foi denunciada no dia 27 de março deste ano, no *Diário Catarinense*, colocando a preocupação dos guaranis, que foram retirados do interior de Cunha Porã e de Saudades e colocados em aldeia chibangue em Chapecó, povoadas pelos kaingangs, com prazo de até o dia oito deste mês deixarem aquelas áreas e procurarem outro espaço.

A minha preocupação é saber para onde a Funai irá deslocar aqueles índios, porque se em Cunha Porã e Saudades não há aldeamento constituído, preocupa-nos muito a reação dos agricultores, que será uma reação imediata. Até porque todos querem permanecer em suas terras, e o meu temor com tudo isso é o conflito que isso pode gerar.

As páginas da história do estado de Santa Catarina ficaram marcadas por um conflito, quicá um dos piores conflitos envolvendo agricultores e índios que o nosso estado até então vivenciou. E essa é a minha preocupação, porque vi a angústia durante os oito anos em que estive à frente da administração de Cunha Porã e vivi a angústia dos agricultores ao ver o seu direito mais sagrado ser jogado na lata de lixo, que é o direito à propriedade.

Por parte dos agricultores, do DPD e das administrações municipais até então não faltaram esforços para encontrar uma forma tranquila para resolver o problema. Desde 2000 inúmeras foram as reuniões, as conversas com a Funai, com juízes, com promotores, com antropólogos, com parlamentares e até agora nada de concreto aconteceu para restabelecer a paz social no interior dos dois municípios.

Por essas razões, encaminhei uma moção ao ministro da Justiça solicitando a revogação da Portaria n. 790, de 2007, bem como uma moção para a Funai, solicitando a suspensão dos trabalhos demarcatórios.

Não somos contra, de forma alguma, os povos indígenas, muito pelo contrário, entendemos a situação difícil em que eles se encontram, mas sabemos também que a Funai dispõe de recursos financeiros para melhorar ainda mais a vida desses índios que residem em nosso país.

Ontem, depois de sensibilizarmos o governo do estado de Santa Catarina, conseguimos marcar uma audiência com o ministro da Justiça, em Brasília, e posso afirmar com toda a segurança, deputado Dirceu Dresch, que de todas as reuniões de que participei até hoje - e já passaram pelo comando do ministério vários ministros - essa foi a mais produtiva, porque o ministro, com toda sensibilidade, falou da sua preocupação de evitar que conflitos dessa natureza aconteçam em Santa Catarina, que tem uma história maravilhosa, que engrandece o nosso país.

O ministro colocou ainda a sua preocupação de marcarmos uma reunião nos próximos dias, reunindo a Funai, o ministério da Justiça, os parlamentares com interesse na causa, o Ministério Público, a Advocacia-Geral da União e representantes dos agricultores, para que juntos possamos fazer um acordo referente a essa questão e buscarmos uma alternativa para esses índios, que não seja, única e exclusivamente, a ida deles para o interior dos dois municípios, que têm uma reforma agrária já constituída.

Então, para os próximos dias teremos, acredito, pelas colocações do nosso ministro, avanços nessa situação, até porque precisamos dar sossego e conforto àqueles

agricultores que vivem essa ansiedade há mais de 11 anos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não, deputado Dirceu Dresch, que junto conosco vive essa angústia e essa ansiedade, porque v.exa. reside no município de Saudades e eu, no de Cunha Porã. Então, nós, além de conhecermos a causa, vemos todos os finais de semana, quando retornamos às nossas bases, os agricultores e as administrações municipais através de seus comandantes, batendo a nossa porta para pedir uma solução.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Mauro de Nadal, v.exa. traz um assunto de grande importância para Cunha Porã e Saudades, mas temos muitas outras realidades acontecendo.

Estive na semana passada na Casa Civil com lideranças da secretaria-geral da Presidência e conversamos também, pelo telefone, com o ministro, com a Advocacia-Geral da União, com o governo federal, através do ex-deputado Cláudio Vignatti, que hoje está na Casa Civil.

Então, acho que está bem encaminhada a questão. Há sensibilidade por parte do governo, mas o nosso desafio está centrado no Ministério Público, no sentido de acharmos um encaminhamento possível.

Conversei há dias com o presidente da Funai, quando estive nesta Casa, e soube que há possibilidade, sim, de fazermos uma permuta, se conseguirmos convencer o Ministério Público e a Advocacia-Geral da União de que é a melhor solução.

Acredito que a reunião e a articulação são importantes, com certeza - não sabia da realização da reunião em Brasília e poderia até ter acompanhado -, e estou empenhado nessa perspectiva, pois vamos resolver o problema dos dois lados: dos agricultores e dos indígenas.

Então, quero agradecer e parabenizar v.exa. pelo diálogo que estamos construindo. Este é o caminho! Não existe outro caminho que não seja o da construção de um amplo diálogo com as partes envolvidas.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Obrigado, deputado, pela contribuição.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Mauro de Nadal, parabéns pelo seu pronunciamento acerca de um tema pertinente para Santa Catarina e para o Brasil, pois temos no estado algumas regiões com esse problema: Saudades, Cunha Porã, Abelardo Luz, Ibirama e Araquari.

O problema, deputado, é a legislação, porque permitir que o segundo e o terceiro escalões do governo determinem a demarcação de terras indígenas não é algo racional. É preciso que se aprove o projeto de lei de autoria dos deputados federais Aldo Rebelo e Ibsen Pinheiro, remetendo as demarcações de terras indígenas ao Congresso Nacional. Essa é, no meu entendimento, a grande solução para os conflitos de terras indígenas no Brasil.

Como disse o deputado Dirceu Dresch, os índios são seres humanos e têm que ser respeitados e protegidos, mas não podemos, por outro lado, desalojar sem indenizar devidamente os agricultores, posto que as indenizações recaem apenas sobre as

benfeitorias e não sobre terras que têm até escritura pública. E isso é justamente o que está para acontecer em Araquari e em outras regiões do estado e do Brasil.

Portanto, o seu pronunciamento é pertinente e precisamos, enquanto a legislação não é mudada, promover o entendimento com as autoridades e com as instituições.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Obrigado, deputado, a sua manifestação é de extrema importância para o desenvolvimento desse tema, até porque na conversa com o ministro pudemos perceber a sua intenção em resolver essa contenda.

Ouvindo atentamente o deputado Dirceu Dresch, percebemos que a dúvida paira na interpretação que o Ministério Público dará a essa pactuação. Mas vejo que o Ministério Público, justamente por ser público, não pode ser tendencioso no seu encaminhamento, até porque precisa defender os povos indígenas, mas não pode esquecer-se de também defender os pequenos agricultores.

Dessa forma, acredito que seguindo aquela regra de trabalho de defender, juntamente com os índios guaranis e juntamente com a Justiça Federal, um encaminhamento para um acordo em que a União adquira uma nova área para a colocação dos povos indígenas. Vejo que essa é a linha de trabalho na qual deveremos concentrar os nossos esforços, pois dessa forma poderemos conseguir resolver esse problema.

Tenho que comungar com a sua ideia, deputado Darci de Matos, de que o Congresso Nacional precisa aprovar urgentemente o projeto de lei referente a essa matéria, uma vez que não são apenas Cunha Porã, Saudades e Araquari que sofrem, mas todo o país enfrenta problemas da mesma natureza, todo o país vive essa angústia, todo o país está preocupado com a situação em que vivem os povos indígenas, principalmente pelas condições subumanas que apresentam muitas aldeias. E o Congresso Nacional chamando para si esse compromisso, essa responsabilidade de analisar com mais cautela e com mais imparcialidade, com certeza vai atender àquele que é o papel do Parlamento: promover a paz e o bem-estar da população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, na linha do que o deputado Kennedy Nunes fez há pouco, reforço o registro da presença neste plenário do vereador Patrício Destri, de Joinville, o vereador mais votado da história de Santa Catarina, com 8.550 votos na sua primeira eleição. Portanto, trata-se de um jovem, uma revelação na história política de Santa Catarina e estamos muito satisfeito porque acabou de decidir que integrará o novo partido em Santa Catarina e no Brasil, o PSD.

Obrigada, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Gostaria de registrar a presença neste Parlamento de Antônio Terêncio, funcionário antigo da Epagri, juntamente com seu irmão, José Rair Terêncio, um funcionário muito antigo da Reunidas, que nos visitam nesta manhã. Sintam-se à vontade e muito obrigado pela visita.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até onze minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, faço questão de ler desta tribuna o discurso que o nosso ministro da Saúde, Alexandre Padilha, fez na assembleia da Organização Mundial de Saúde, ao defender o acesso à saúde para erradicar a miséria. O ministro da Saúde reforça o compromisso brasileiro com a redução das doenças crônicas e enfatiza a importância da saúde para erradicar a miséria.

Tenho profunda admiração pelo ministro Padilha, uma pessoa que conheço pessoalmente e de quem gosto de poder desfrutar da sua amizade. Estive com ele várias vezes nos últimos dias, porque está confirmada, possivelmente para o dia 8 de julho, a sua presença nesta Casa para participar de uma audiência pública, convocada pela comissão de Saúde, para tratarmos do financiamento da Saúde, tabela do SUS e todos os programas do ministério da Saúde, que virão acompanhados de recursos extrateto.

(Passa a ler.)

“O ministro em seu discurso na 64ª Assembleia Mundial de Saúde, em Genebra, na Suíça, nos últimos dias, colocou o acesso à saúde como um dos pilares do governo brasileiro para o desenvolvimento do país e a erradicação da extrema pobreza.”

Uma das recentes pesquisas realizadas em todo Brasil mostra a satisfação dos brasileiros com o SUS, mas o problema principal está no acesso ao SUS. O que temos que garantir é a porta de entrada, que passa pela grande reformulação dos programas de saúde da família.

(Continua lendo.)

“O ministro reforçou o compromisso do Brasil em fortalecer a política de prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis, que atingem com mais vigor as populações pobres e são responsáveis por 72% dos óbitos no país.”

Como doenças crônicas não transmissíveis, temos: hipertensão, diabetes, infarto do miocárdio, derrames cerebrais, obesidade. Geralmente falamos em doenças crônicas infecciosas, transmissíveis, mas aqui estamos falando de doenças crônicas não transmissíveis.

(Continua lendo.)

“Nosso pacto mundial contra as doenças crônicas não transmissíveis deve incluir, necessariamente, equidade no acesso à prevenção e ao tratamento, afirmou Alexandre Padilha, que destacou a experiência brasileira e mundial na luta contra as doenças negligenciadas. ‘Não podemos esquecer as lições aprendidas e inaugurar uma era de pessoas que sofrem com doenças que dispomos de conhecimento para enfrentar.’

A redução das doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, é o tema central da 64ª Assembleia Mundial de Saúde. O encontro reúne ministros da Saúde de 193 países.

O ministro Alexandre Padilha destacou, ainda, a importância da indústria dos genéricos, que ajudou a ampliar o acesso a medicamentos dos países em desenvolvimento e a necessidade da adoção de mecanismos intergovernamentais para o enfrentamento das

pandemias de *influenza*. Segundo ele, o reforço da interface entre a política externa e de saúde global, a exemplo do enfrentamento da pandemia da *influenza A H1N1*, é fundamental, mas ainda é preciso avançar no estabelecimento de ações conjuntas entre os governos.

O Brasil será sede de um importante encontro para o avanço das discussões para a redução de doenças crônicas, entre outros problemas de saúde, que atingem parcelas mais pobres ou excluídas da sociedade: a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais de Saúde, que será realizada neste ano, em outubro, no Rio de Janeiro.

O ministério da Saúde do Brasil prepara um plano para enfrentamento de doenças crônicas e neste ano já foram implantadas medidas como a oferta gratuita de medicamentos para tratamento de hipertensão e diabetes nas farmácias também credenciadas ao Aqui Tem Farmácia Popular e a criação das Academias da Saúde, que ofertarão infraestrutura para a prática de atividades físicas.”

Quando fui prefeito de Itajaí tive a oportunidade instalar em várias praças públicas as chamadas academias. Durante três dias da semana ou mais, já em conexão com as unidades de saúde, as pessoas de idade, principalmente, caminhavam pela manhã com acompanhamento. Isso ajudava a aliviar os problemas da hipertensão, do diabetes e tantos outros problemas, desde os reumatológicos crônicos e principalmente a depressão.

A prefeitura não dava conta de comprar toneladas de remédios para a depressão, pois as pessoas de mais idade dentro de casa, pensando que a vida havia acabado, quando poderiam estar praticando atividades físicas, esportivas, culturais, de lazer, atividades de entretenimento, atividades manuais, eram facilmente acometidas por esse mal. Isso tudo, além de ajudar a suportar as doenças crônicas, tira da depressão. As pessoas ficam mais alegres, motivadas, trabalham a autoestima. Essas medidas são muito importantes e agora o ministério da Saúde lança as chamadas Academias da Saúde.

Que isso se espalhe por todo o Brasil e com certeza é o que está na raiz dos problemas que discutimos, que temos que atuar mais em prevenção, em educação e saúde, em promoção de saúde. Isso vai trazer resultados extraordinários, às vezes até a curto prazo, no médio e longo prazo então muito mais.

(Continua lendo.)

“Também nessa frente foi fechado um acordo com as associações de produtores de alimentos processados para redução gradual de sódio em 16 categorias de alimentos, começando pelas massas instantâneas, pães e bisnaguinhas. Com a medida, o Brasil quer alcançar a meta de consumo de sal estipulada pela OMS até 2020, que é de menos cinco gramas por dia.”

Não estamos aqui nem falando dos alimentos que hoje são produzidos com agrotóxicos. No porto de Itajaí o maior número de contêineres que chega é com aditivos, com substâncias para serem adicionadas aos alimentos. Quer dizer, aquela alimentação natural, orgânica, saudável de antigamente, hoje não existe mais. Como o nosso líder, deputado Dirceu Dresch, falou, precisamos, para promover saúde, voltar à alimentação natural.

Quanto ao sódio, se cada um de nós se detiver a olhar a quantidade de sódio que há

nos alimentos industrializados ficará horrorizado. Agora mesmo, o governo americano se reuniu com uma das mais importantes redes americanas de venda de alimentos e fez um pacto para a redução do sódio. Consumimos muito sódio. Sódio é sal. O cloreto de sódio é o sal. Consumimos de dez a 15 gramas por dia, o que é um exagero. E isso repercute na saúde, na hipertensão e em tantos outros problemas.

Portanto, às vezes são coisas simples que têm que ser feitas com medidas que o Parlamento pode contribuir decisivamente, através de leis que reduzam o uso desses químicos, desses aditivos nos alimentos.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não, nobre companheiro, deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Deputado Volnei Morastoni, parabéns pela sua manifestação. Médico que v.exa., conhecedor da saúde pública, da maneira como v.exa. é, não poderia esperar outra manifestação.

O jogo é muito desigual, deputado Volnei Morastoni. O poder econômico da indústria alimentícia é muito forte. Para v.exa. ter idéia, o deputado Luiz Carlos Haully, do PSDB de Londrina, está há mais de dez anos tentando regulamentar no Congresso Nacional a informação sobre a alimentação, principalmente a alimentação infantil, e não consegue.

Foi assim com o cigarro, está sendo assim com a alimentação. Então, vejam a importância que é a boa informação e o Parlamento, como v.exa. falou, é que tem a responsabilidade de fazer com que a indústria alimentícia preste, sim, a boa informação, a verdadeira, a informação transparente, que diz o que é bom e o que é ruim para a nossa saúde. E não o que vemos hoje: o entupimento das nossas casas, através dos meios de comunicação, com propagandas de alimentos não muito saudáveis como v.exa. bem colocou aqui.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Dado Cherem. V.Exa. tem toda razão. Agradeço muito sua colaboração nesse meu pronunciamento.

Vamos ter que trazer para o debate o tema da alimentação saudável, que parece ser uma coisa banal, simples, que há outras coisas que parecem ser mais importantes para ser tratadas no Parlamento. Mas vamos ter que trazer para cá esse assunto, porque água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Podemos tratar disso com frequência, diariamente até, para abrir caminhos para um dos capítulos mais importantes para a verdadeira saúde. Muito mais importante do que a ressonância magnética, do que a medicina de alta complexidade, do que os hospitais sofisticados é a alimentação saudável. E temos um papel fundamental no Parlamento para construir essa nova realidade em Santa Catarina.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo orador do PSDB interessado em se manifestar, os próximos cinco minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo interesse do partido em ocupar seu horário, os próximos nove minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Aleesc Digital.

Ontem à noite, o deputado Reno Caramori não estava na Casa, mas o deputado Dirceu Dresch, o deputado Moacir Sopelsa, a deputada Luciane Carminatti e eu tivemos a oportunidade de participar do evento comemorativo do primeiro ano da vigência da lei estadual que instituiu o Dia do Vinho, uma importante iniciativa do deputado Moacir Sopelsa.

Deputado Reno Caramori, v.exa. tem, pelo menos a cada terça-feira, na bancada, feito discursos sobre o bom momento que vive Santa Catarina na produção de vinho - é o segundo estado produtor de vinho do Brasil - e sobre a qualidade do nosso vinho.

Mas dizia ontem ao deputado Padre Pedro Baldissera que as vinícolas do estado deveriam aliviar pelo menos algumas garrafas para pelo menos garantir o fim das suas missas dada à propaganda gratuita que foi feita ontem.

Ouvi em algumas rádios da capital - e cito especialmente a CBN/Diário - três matérias durante o dia. Foi um evento discreto, iniciativa de um parlamentar, mas que produziu para toda uma cadeia produtiva um bom resultado. Foi uma bela iniciativa do deputado Padre Pedro Baldissera essa de dar para Santa Catarina informações que eu até conhecia, porque o deputado Reno Caramori, que é da região, fala semanalmente, mas que o estado não tinha conhecimento.

O deputado José Milton Scheffer também passou por lá; não o encontrei, mas sei que estava lá prestigiando o time da Epagri, que realiza um grande trabalho na área de orientação. A Epagri é, sem nenhuma dúvida, a mãe de todo esse processo.

Recordo-me que quando o nosso companheiro Dionísio Bressan Lemos era presidente da Epagri, José Milton era diretor da empresa. Foi naquela época, há dez ou 11 anos, que foi fortalecido esse trabalho, inclusive com a instalação do laboratório de Videira. Não sei se aquele laboratório ainda está em operação, porque ficou um longo período desativado, lamentavelmente.

Então, quero fazer esse registro, porque o deputado Padre Pedro Baldissera teve essa bela iniciativa em favor desse novo nicho da economia catarinense, que está fortalecendo-se.

Quero também comunicar, deputado Moacir Sopelsa, até porque estamos tratando desse assunto, deputado Romildo Titon, que o deputado presidente me designou para participar da reunião do Colégio de Presidentes das Assembleias, na próxima semana, em Goiânia, onde vamos tratar e fazer todo o cronograma do trabalho que será feito junto ao Senado da República, a fim de que possamos apresentar a PEC que pretende mudar a Constituição Federal, no sentido de revigorar, fortalecer e resgatar o papel dos Legislativos estaduais, uma vez que desde a Constituição de 1988 o nosso poder legiferante foi reduzido, foi retirado, foi usurpado pelo Congresso

Nacional. Atrevo-me até a dizer que houve uma usurpação de funções, e agora temos que fazer todo esse esforço no sentido de resgatar o poder de legislar dos estados.

Então, na próxima quinta-feira vamos desencadear esse processo. Sabemos que no Congresso Nacional as coisas demoram muito a acontecer, mas vamos fazer um esforço muito grande para que possamos ver o Poder Legislativo dos estados cumprindo efetivamente o seu papel. Há uma dificuldade muito grande de emprendermos o nosso papel e espero que se possa fazer essa alteração.

Por fim, quero manifestar a minha preocupação, que é a preocupação da nossa bancada, deputado Reno Caramori, e, tenho certeza, também a preocupação deste Parlamento, com a greve dos professores que adentra hoje no décimo quinto dia. Tenho certeza de que ninguém quer a manutenção dessa situação que aí está. O próprio sindicato tem manifestado a sua preocupação no sentido de encontrar um caminho para voltar logo às atividades. O governo do estado, da mesma forma, e sentimos isso na reunião com o governador Raimundo Colombo, na última terça-feira, que está extremamente preocupado com este momento, com essa decisão judicial que veio, deputado Jorge Teixeira, logo no início do seu governo.

Cheguei a questionar outro dia, quando vi algumas manifestações muito ostensivas, dizendo: precisamos encontrar soluções, porque decisão judicial não se discute, cumpre-se. Mas não sei por que também houve tanta tolerância em outros tempos, quando foi desconstruída a carreira do Magistério.

Passamos, deputado Reno Caramori, oito anos dizendo que política de abonos, que o não cumprimento do dispositivo da revisão anual de salários, que achatamento do plano de cargo e salários não era respeito à carreira profissional, não era plano de cargos de salários em lugar nenhum. E essa desconstrução foi sendo feita ao longo do tempo, de forma que temos hoje não somente o Magistério nessa situação de penúria, mas a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Saúde, enfim, o funcionalismo como um todo.

O deputado Kennedy Nunes lembra quantas vezes nos revezamos nesta tribuna para dizer que essa política salarial, da forma como está sendo conduzida, está equivocada. Essa política setorializada foi feita sem respeitar os princípios da lei. O Executivo deve revisar anualmente os salários, ou seja, pagar no mínimo a inflação a cada ano. Se pelo menos isso tivesse sido feito, não teríamos essa situação triste que atravessa o Magistério bem como os demais segmentos do funcionalismo público. E aquela intolerância excessiva de outrora, felizmente agora não se percebe com o governo e o governador Raimundo Colombo.

Espero que na tarde de hoje, deputado Ismael dos Santos, consigamos encontrar um entendimento. Não tenho nenhuma dúvida da boa vontade do governo de cumprir efetivamente o que determina a legislação, o que determina a decisão judicial e de valorizar a carreira do Magistério. Esse é o histórico do governador Raimundo Colombo, basta ver o que aconteceu nas suas administrações em Lages. Mas é preciso que tenhamos, neste momento, coragem também para corrigir as distorções.

Quanto a essa questão da difusão do Fundeb com os demais poderes, não dá mais para continuar. Este é o momento para, efetiva-

mente, construirmos um entendimento e partirmos para uma recomposição do plano de cargos e salários do Magistério, que vem desde o primeiro governo do Esperidião Amin, ainda em 1986, e foi fruto também de uma grande greve.

Precisamos aproveitar a oportunidade, deputada Luciane Carminatti, para fazer essa reconstrução. O momento é este, porque houve durante um longo período, especialmente nos últimos oito anos, a desconstrução total do plano de carreira do funcionalismo em Santa Catarina e, como disse, com um relativo silêncio de alguns segmentos da sociedade. Foram oito anos de desconstrução. Agora precisamos aproveitar esta oportunidade para reconstruir o plano de carreira do Magistério, dos demais servidores. Precisamos discutir abertamente. Esse é o apelo que fazemos ao governo. Tenho certeza e esperança de que essa reunião de hoje possa produzir esse entendimento.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 11 minutos.

Antes, porém, deputado, aproveitando o gancho dos cumprimentos do deputado Joares Ponticelli pela realização da comemoração do Dia do Vinho, quero fazer o registro de que realmente está aí a grande razão da nossa insistência em promover os vinhos de Santa Catarina.

No governo de Esperidião Amin apresentamos uma indicação nesta Casa para a criação de um laboratório modelo no sentido de que pudéssemos amparar os produtores de vinho em Santa Catarina, a fim de que tivessem condições técnicas e científicas de saber o que estavam produzindo.

O então governador foi muito prestativo e destinou mais de R\$ 2 milhões para a construção de um laboratório do vinho junto à Epagri de Videira, que atende a toda Santa Catarina e, inclusive, ao sudeste do Paraná, que também usa aquele laboratório para a análise dos seus vinhos e derivados da uva.

Em 2002, deputado Joares Ponticelli, fizemos um documentário, que foi ostensivamente divulgado pela TVAL, a respeito dos vinhos de mesa do vale do vinho, desde Caçador, Videira, Tangará, Pinheiro Preto, Salto Veloso até Iomerê. Foram os municípios que mais se projetaram na época com relação ao vinho.

Recentemente fizemos outros documentários que mostraram a Santa Catarina e ao mundo os vinhos de altitude, os vinhos da região de São Joaquim, Campos Novos e Caçador, contemplando todos os municípios que lá mantêm a sua produção de uvas viníferas, bem como a região de Treze Tílias, grande produtora atualmente, que vem fechando o círculo turístico do nosso estado. E lá também temos laticínio, cervejaria e agora uma vinícola de tecnologia moderna.

Por isso, parabéns ao deputado Padre Pedro Baldissera e aos demais que participaram desse evento importantíssimo para que possamos cada vez mais firmar Santa Catarina como produtor de bons vinhos e derivados.

Deputado Ismael dos Santos, obrigado pela benevolência. V.Exa. tem a palavra por onze minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, inicialmente gostaria de conchamar os

telespectadores e também os ouvintes da Rádio Alesc Digital para a audiência pública a ser realizada amanhã, em Chapecó, a partir das 14h30, na Câmara de Vereadores daquele município. É a primeira audiência de uma série de sete que pretendemos realizar nas macrorregiões de Santa Catarina. Vamos começar pelo oeste catarinense, com a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

Esperamos contar com a presença de servidores da área da Segurança, dos Caps da Saúde, das promotorias. Enfim, será uma audiência para abrimos uma série de conversas buscando fazer uma radiografia da questão das drogas em Santa Catarina, saber quais são os investimentos da área pública, da área privada e, em especial, ouvir as comunidades terapêuticas.

Enfim, queremos, no fim dessa caminhada que vai até o final do mês de agosto, ter de fato uma leitura mais precisa dos investimentos da rede pública e também, como disse, das parcerias com as comunidades terapêuticas no estado de Santa Catarina.

Também quero registrar a visita que fizemos com o deputado Jean Kuhlmann ao IGP - Instituto Geral de Perícias -, em Blumenau. Aliás, embora eu seja deputado, não entendia muito bem como funcionava o IGP, deputado Jorge Teixeira. Entendemos que a segurança pública em Santa Catarina é composta de quatro grandes setores - Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Instituto Geral de Perícias, antigo IML. Hoje há no estado 27 unidades do Instituto Geral de Perícias, que têm um papel fundamental na questão da justiça, porque quando se fala em perícia criminal é preciso sempre acionar o IGP.

Ouvimos as demandas dos servidores públicos e, em especial, há necessidade de termos nesta Casa a regulamentação de uma lei que já existe, que é um fundo especial para os peritos. Por incrível que pareça, muitos peritos, e falo da experiência de Blumenau, na hora de verificar um crime não têm sequer luvas, uma ferramenta mais do que básica no trabalho de um perito.

Então, por tudo que ouvimos, vamos, sim, hastear a bandeira da regulamentação da lei já existente para os 27 IGPs do estado de Santa Catarina.

No dia de ontem, estivemos em Brasília em contato com deputados e senadores catarinenses, acompanhando também de perto a Marcha da Família que foi realizada, às 15h, em frente ao Congresso Nacional, preocupados com todas as tratativas do governo do estado com as autoridades especiais e com o ministro da Educação.

Acho que depois das conversações e pelo que temos acompanhado na mídia, há uma grande expectativa para o dia de hoje, referente à conversa que o governador deverá ter com o Sinte, com os representantes da categoria. E naturalmente já temos algumas constatações, deputado Darci de Matos.

Primeiramente, o piso de R\$ 1.187,00 é um salário inicial. Isso é indiscutível. É preciso naturalmente adicionar os abonos, os benefícios a esse valor, para que não tenhamos o achatamento do plano de carreira dos servidores da Educação, em especial daqueles que têm uma carreira, que fizeram uma pós-graduação, um mestrado e até mesmo um doutorado. Esta, sem dúvida, é a receita, ou seja, adicionar as conquistas para evitar o achatamento do plano de carreira da categoria.

É claro que é preciso algumas iniciativas. O deputado Joares Ponticelli já colocou neste plenário, e concordamos, assinamos

embaixo, a questão da desvinculação dos recursos do Fundeb do duodécimo dos poderes, hoje em torno de R\$ 300 milhões. Entendemos que de fato é um enorme equívoco o que se está praticando, e não só em Santa Catarina, mas também em outros estados do país. E achamos que esta Casa teve uma iniciativa, através da Presidência, muito positiva ao concordar com a desvinculação.

O próprio governador já tem a leitura de que não é possível continuar com essa prática. Cabe, agora, ao secretário do Tesouro Nacional determinar que os recursos do Fundeb sejam exclusivamente para a Educação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Estamos na linha daquilo que v.exa. acabou de colocar, esperançosos com essa reunião de negociação, hoje à tarde, entre o governador Raimundo Colombo, sua equipe e o Sinte. Não há outra forma de chegarmos a bom termo, a não ser pela negociação, com razão e ponderação. Esperamos muito que haja um acordo entre o governo e o sindicato, porque valorizamos os professores.

Gostaria de dizer também que se por um lado ficamos tristes com a posição do ministro da Educação que, ao contrário do que disse o procurador-geral da União na votação do piso, de que haveria recursos do governo federal para atender aos estados que não conseguissem implantá-lo, afirmou que não há dinheiro e não vai repassar recursos, por outro lado deixou uma luz no fundo do túnel, ao dizer que vai interagir com o Tesouro Nacional para tentar fazer aquilo que devíamos ter feito há muitos anos, tirar os recursos do Fundeb da composição da base de cálculo.

A deputada Luciane Carminatti está entrando com um projeto de lei muito importante. A base do governo e a oposição estão falando a mesma língua. O deputado Gelson Merisio, que preside esta Casa, já se colocou à disposição para enfrentar esse debate. Precisamos discutir - Parlamento e demais poderes - e definitivamente fazer com que o dinheiro do Fundeb seja investido na Educação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero fazer minha manifestação apenas com relação ao projeto a que estou dando entrada, que foi, inclusive, mencionado por v.exa. e para o qual queremos o apoio de todos os colegas.

Quanto à posição do ministro da Educação, ela já era esperada, porque a Lei n. 11.738, de 2008, é muito clara: a União somente repassará recursos para os estados que não têm recursos. Santa Catarina comprovadamente tem.

O debate é se o estado vai garantir isso, deputado Darci de Matos, à Educação e às outras categorias. Mas, enfim, que há recursos, há.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero lembrar, deputada Luciane Carminatti, que o governo federal entrou com recursos para 11 estados. De qualquer forma, entendemos que Santa Catarina pode, sim, reorganizar-se, fazer uma reengenharia de todo o seu Orçamento.

É claro que há impacto financeiro. Isso a sociedade catarinense sabe. São 35 mil professores ativos, mais um número similar de

inativos, ou seja, quase 60 mil professores da rede pública estadual. A proposta do governo Raimundo Colombo dá um impacto de R\$ 15 milhões/mês. Com a proposta do Sinte, o impacto na folha é em torno de R\$ 100 milhões/mês. Então, é preciso chegar a um meio termo, avançar nessa questão do piso para contemplar também aqueles que se esforçaram, que fizeram pós-graduação, que merecem todo o respeito e que têm toda a legitimidade nesse pleito.

Esperamos que, de fato, essa reunião de hoje seja produtiva e que os alunos e professores possam retomar às salas de aulas. Esses são os nossos votos, pelo respeito que temos pela classe do Magistério.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0048/2011; 0054/2011; 0075/2011; 0123/2011; 0124/2011; 0127/2011; 0168/2011 e 0192/2011, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Comunica também que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0056/2011; 0087/2011; 0096/2011; 0105/2011; 0108/2011; 0109/2011; 0110/2011; 0111/2011; 0115/2011; 0134/2011; 0144/2011; 0157/2011; 0186/2011; 0197/2011; 0198/2011; 0200/2011; 0206/2011; 0207/2011 e 0208/2011, todos de entidades sociais apresentando relatório de atividades.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0061/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0111/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0139/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0372/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0606/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que enviará ao destinatário a Indicação n. 0323/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência defere de plano o Requerimento n. 0661/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero apenas para fazer um esclarecimento e uma saudação.

Gostaríamos, em primeiro lugar, de dizer que estamos fazendo uma saudação não somente ao novo presidente do Sindsaúde, Pedro Paulo das Chagas, que foi eleito na semana passada, mas ao conjunto dos integrantes da atual diretoria e da futura diretoria.

Eu sei que foi uma campanha bastante pesada, inclusive, a outra chapa era apoiada pela Central Única dos Trabalhadores, pelo Sintespe, por outras entidades e pelo Partido dos Trabalhadores, a Chapa 2, perdeu de sete a três, ou seja, foram 70% dos votos para a Chapa 1, da atual diretoria, que terá Pedro Paulo das Chagas, conhecido aqui pois é da atual diretoria, é o vice-presidente, como presidente nos próximos três anos.

Sei que a deputada Ana Paula Lima tem uma relação de proximidade e, inclusive, manifestou apoio a essa gestão, à atual diretoria do sindicato e, portanto, à chapa que foi reconduzida.

É preciso dizer que foi um processo pesado porque a outra chapa, com esses apoios que citei, foi para a Justiça tentar embargar o processo, levando informações não verdadeiras a respeito da eleição. A Justiça, por alguns dias, suspendeu o processo, mas depois a desembargadora, no recurso, cancelou a suspensão e garantiu a continuidade do processo eleitoral. Mas essa discussão ainda vai ocorrer na Justiça, posteriormente.

Mas quero registrar que é uma entidade que nos últimos três ou quatro anos representou efetivamente a categoria dos trabalhadores de base da saúde no estado de Santa Catarina; é uma entidade que foi, juntamente com outras, criminalizada pelo ex-governador de Santa Catarina - e esperamos que essa postura cesse.

Decisões judiciais - e é preciso que se registre -, curiosamente, começaram a ser despachadas justamente durante a última gestão. Processos que estavam na Justiça desde 1996, no governo Paulo Afonso, tiveram resultados, consequências e foram despachados agora, nos últimos três anos. A Justiça mandou confiscar uma Parati usada pelo sindicato nos últimos três anos, em nome do governo do estado. A Parati usada pelo sindicato nos últimos três ou quatro anos foi confiscada por decisão da Justiça! E mandou confiscar contas do sindicato, em nome do governo do estado, por causa de uma greve de 1996, quando era governador Paulo Afonso Vieira, por processo que o então secretário da Saúde havia assinado em mesa de negociação de greve pela retirada do processo. O secretário do governo Paulo Afonso não cumpriu o acordo de greve. E esses prejuízos vieram contra a gestão do Sindsaúde nos últimos três ou quatro anos.

Deputada Ana Paula Lima, o que estou falando aqui pode parecer que o deputado Sargento Amauri Soares tem uma visão maniqueísta, mas não é! Na semana da

eleição, chegou um oficial de Justiça dizendo que o sindicato tinha que entregar a sede para o governo do estado.

Há um nível de relação e de coincidências entre os poderes do estado, diria até que é uma relação estranha. Há uma relação muito próxima entre a chapa cutista, que queria voltar, e os poderes constituídos, inclusive com o governo do estado. E são relações estranhas, que não consigo entender, porque são governo e oposição.

Então, quero parabenizar aquele as dezenas de militantes e a vontade dos trabalhadores de base da Saúde, que se fez valer num processo eleitoral que terminou com 70% dos votos a favor dessa gestão tão criminalizada e perseguida no estado.

Parabéns a todos! Estamos na luta juntamente com vocês!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Deputado Sargento Amauri Soares, a deputada Ana Paula Lima solicita a sua permissão para subscrever o requerimento.

(O deputado aquiesce.)

Esta Presidência defere também os Requerimentos n.s 00662/2011 e 00663/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Pedido de Informação n. 0056/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Educação, pedindo informações sobre quando serão repassados os recursos relativos ao art. 170 às universidades de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0057/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Educação, pedindo informações sobre a situação física atual do Colégio Estadual de Educação Básica General Rondon, no município de Massaranduba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, quero aproveitar o momento para fazer um convite aos srs. deputados.

A comissão de Saúde realizará amanhã uma audiência pública em Rio do Sul, com a presença de representantes de todos os municípios da região do alto vale do Itajaí, na sequência de tantas outras audiências, para receber informações e debater sobre a situação da saúde em cada um dos municípios, desde a atenção básica até a saúde relativa aos hospitais da região.

Deixo, portanto, o convite aos srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Registro o seu convite e cumprimento v.ixa. pela iniciativa.

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que acompanha esta sessão, a nossa saudação e um bom-dia a todos!

Trago uma preocupação para a tribuna desta Assembleia Legislativa, nesta quinta-feira, já que aqui muito se tem falado de dois temas importantes. Eu mesmo tenho usado esta tribuna por diversas vezes para abordar as questões de financiamento de duas áreas vitais para o estado, que são a Saúde e a Educação.

Fiquei extremamente preocupado ao perceber a edição, agora nesses dias, de um decreto por parte do governo de Santa Catarina, o Decreto n. 256, de 25 de maio de 2011, em que o estado anula a importância de R\$ 4 milhões destinados a hospitais catarinenses, especificamente ao Hospital Materno Infantil Santa Catarina, de Criciúma, R\$ 1,5 milhão; ao Hospital São José, de Maravilha, R\$ 1 milhão; e ao Hospital de Caridade, de Florianópolis, R\$ 1,5 milhão.

Isso nos preocupa porque estamos numa época em que se questiona, inclusive, a necessidade urgente de melhorar, de aumentar, a aplicação dos recursos na Saúde e de fortalecer os hospitais municipais e regionais para que possam prestar um bom atendimento à comunidade catarinense.

Muitas pessoas, em Santa Catarina, ficaram entusiasmadas quando ouviram que a prioridade número um deste governo seria a saúde, que a número dois, deputado Volnei Morastoni, seria a saúde, e que a número três também seria a saúde. Mas ainda aguardamos ações e medidas de mudanças estruturais que possam de fato melhorar a saúde dos catarinenses.

Mas nos preocupa porque, em vez de estamos presenciando medidas de aumento de recursos e de melhoria dessa área, presenciemos medidas de redução de recursos.

V.Exa., deputado Volnei Morastoni, que tem feito uma cruzada pelo estado com a comissão de Saúde, juntamente com os demais deputados da referida comissão - e eu mesmo tive a oportunidade de participar da audiência pública em Chapecó, que discutiu o atendimento na saúde -, certamente também está preocupado com esses cortes. Por isso, precisamos ter uma explicação.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não! O seu aparte, com certeza, irá enriquecer este pronunciamento.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro companheiro, deputado Neodi Saretta, acho muito oportuna a sua manifestação.

Também quero dizer, em nome da comissão de Saúde, que fico perplexo com esse decreto do governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, que é médico, anulando a importância de R\$ 1,5 milhão para a manutenção do Hospital Materno Infantil Santa Catarina, de Criciúma; anulando a importância de R\$ 1 milhão para a manutenção da UTI do Hospital São José, em Maravilha; e também anulando R\$ 1,5 milhão para a manutenção do Hospital de Caridade, de Florianópolis.

Quero ressaltar que o Hospital Materno Infantil Santa Catarina, de Criciúma, é um hospital

pediátrico e na semana em que realizamos a nossa audiência pública em Criciúma, ela foi precedida de uma visita do vice-governador àquele município, que fez visitas aos hospitais e, especialmente, a esse hospital. Na ocasião, ele recebeu todo um arrazoado das necessidades daquela instituição.

O que constatamos na nossa audiência pública foi que aquele hospital está precisando de mais apoio e de mais recursos para implementar também a nossa proposta de alta complexidade em pediatria, que são determinadas especialidades em oncologia pediátrica, em neuropediatria, em cardiologia pediátrica e em ortopedia pediátrica.

Eu entendo que o governo do estado tem que explicar, realmente, por que realizou esses cortes dessas importantes instituições de saúde. E muito especialmente aqui, refiro-me ao Hospital Materno Infantil Santa Catarina, que é um hospital da terra, da cidade, do vice-governador. Mas o vice-governador, na condição de governador em exercício, assinou um decreto anulando esse tipo de recurso para aquele hospital.

Entendo - e v.ixa. tem toda razão - que precisamos de explicações por parte do governo do estado!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni, de fato essa é uma preocupação que, esperamos, tenha alguma explicação plausível. Também reafirmamos a nossa posição de que o setor da saúde precisa, efetivamente, ser uma prioridade nas ações do governo. É fundamental que os recursos da área da saúde sejam ampliados e que possam, efetivamente, produzir resultados através de ações concretas do governo, no auxílio, inclusive, aos hospitais. Não podemos também concentrar recursos apenas em alguns hospitais. Os hospitais regionais e os hospitais microrregionais, que às vezes têm função regional, têm um papel importante, inclusive na solução daquilo que se convencionou chamar em Santa Catarina de "ambulancioterapia", ou seja, a necessidade de transferência de pacientes de uma cidade para a outra através de ambulâncias ou coisa que o valha.

Quero, inclusive, sr. presidente, srs. parlamentares, sra. deputada Ana Paula Lima, v.ixa. que é enfermeira, relatar um caso extremamente doloroso que aconteceu, na semana passada, envolvendo a saúde em Santa Catarina. Duas pessoas fizeram o trajeto de Concórdia a Florianópolis de ônibus, viajando praticamente a noite toda. Chegaram bem cedinho e foram fazer a consulta que estava agendada com uma determinada profissional, pelo SUS. Quando se identificaram, foram comunicadas de que a profissional fora fazer um curso, ou seja, viajara e não iria atendê-las.

Será, srs. parlamentares, que não sobrou tempo para um telefonema? Não sobrou tempo para alguém avisar a essas duas pessoas que elas não precisavam viajar 500km de ônibus, à noite, para chegar aqui e saber que a profissional fora fazer um curso e não se dispusera a dar um telefone para avisar? Esse é o respeito que se tem para com a sociedade catarinense?!

Quero dizer que foi extremamente chocante saber que essas pessoas tiveram que se resignar, retornaram à rodoviária, pegaram o ônibus de volta e viajaram mais 500km, para esperar um dia em que outro profissional possa atendê-las. Os cursos são importantes, os aperfeiçoamentos também, mas o respeito ao ser humano, ao cidadão, é muito mais importante. Não há sentido em ações públicas que não melhorem a vida das pessoas, que não respeitem os seus sentimentos, suas necessidades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado!

A próxima oradora inscrita é a deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital, realmente deputado Neodi Saretta, é indignante e repulsiva a situação da Saúde no estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Quando se falava em descentralização através das secretarias de Desenvolvimento Regional, a bancada do Partido dos Trabalhadores queria, sim, a descentralização dos serviços, para que o atendimento da saúde pudesse ficar mais próximo das pessoas, assim como o atendimento na área da educação. Ou seja, queríamos descentralizar o Orçamento do estado de Santa Catarina!

Isso, sim, é descentralização, não essas secretarias que estão em todo o nosso estado. Algumas, nem sei por que existem, a não ser para empregar pessoas em cargos políticos.

É lamentável que as pessoas saiam dos municípios mais distantes, a exemplo do que v.ixa. mencionou, cheguem à capital de Santa Catarina para ser atendidas numa especialidade e depois de viajar 500km de ônibus ser avisadas que a profissional não poderá atendê-las. É lamentável, é um desgoverno mesmo!

Também quero mencionar, srs. deputados, uma vez mais, que essa situação não é diferente, deputado Neodi Saretta, da questão da infância e da adolescência no estado de Santa Catarina. Há um tamanho descaso, principalmente com as crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual infantojuvenil, assunto que será tema hoje à tarde, às 14h, neste plenário, de uma audiência pública.

Fica aqui o convite para que todos participem juntamente com todas as instituições que já mencionei no dia de ontem: o Fórum e o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a secretaria da Justiça e Cidadania e também a secretaria da Assistência Social do governo do estado.

Gostaria de comentar ainda um tema que não foi solucionado, srs. parlamentares, que é a greve do Magistério. Infelizmente, o governador Raimundo Colombo não deve ter conhecimento da dimensão da greve do Magistério em Santa Catarina. Mas temos acompanhado de perto esse movimento, desde o início da paralisação, quando acabou a paciência dos educadores, que esperaram por dois anos uma decisão da Justiça quanto ao piso nacional, decisão essa que ocorreu no dia 6 de abril.

Temos a clareza de que essa é a maior greve da história do Magistério neste estado, pois educadores, srs. deputados, que nunca haviam parado, aderiram à mobilização em defesa da Educação. Tenho recebido, e ontem mencionei aqui, inúmeros e-mails e telefonemas de pais de alunos, de Câmaras Municipais, de universidades, de entidades de classe de todas as cidades de Santa Catarina em apoio à greve. Impressiona-nos e emociona-nos a disposição da sociedade em defender com unhas e dentes os professores deste estado. Pela primeira vez conseguimos verificar que a sociedade está mobilizada em

defesa dos professores. É uma solidariedade que deve estar deixando perplexos, inclusive, os deputados da base do governo desta Casa, que a todo o momento também têm defendido a abertura de um canal de negociação. Isso deve estar mexendo com a arrogância deste governo, da secretaria de estado da Educação, que precisa parar, sim, para receber o Sinte.

Quero deixar bem claro que há somente uma saída para essa greve. E aqui, desde o começo, quando deu entrada na Casa a MPV n. 166/2011, já dissemos que era necessária a sua retirada imediata, pois ela sepulta a carreira do Magistério catarinense. Pedimos, reiteradas vezes, ao governador para retirar essa medida provisória e aos srs. parlamentares solicitamos que não a aprovem. Quero ver se os deputados desta Casa têm a coragem, por exemplo, de colocar suas digitais votando a favor da Medida Provisória n. 188, que praticamente extingue a carreira do Magistério catarinense.

A audiência de hoje, e aproveito para enaltecer a sensibilidade do governador, com o Sinte tem que partir deste princípio: a retirada da Medida Provisória n. 188/2011 e a apresentação de uma proposta que respeite a carreira do Magistério.

Na última terça-feira disse que o governador iria passar vergonha quando falasse com o ministro da Educação. Dito e feito! Realmente, passou vergonha com o ministro da Educação ontem! Não dá para acreditar, srs. parlamentares, que a secretaria de estado da Educação não possuía uma equipe qualificada para repassar informações, as mais básicas

possíveis, para o governador do estado, que foi ao ministério da Educação pedir mais verbas para pagar o piso nacional do Magistério. São informações básicas que o governador teria que conhecer antes de sentar com o ministro.

Todos sabem que primeiramente o governo do estado tem que fazer a sua lição de casa. Por isso digo que a secretaria de estado da Educação tem que informar o governador sobre o que está acontecendo, pois é preciso investir os recursos do Fundeb na Educação na sua totalidade.

O governo tem que deixar, por exemplo, de repassar os recursos da Educação aos outros poderes: a esta Casa, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e ao TCE. Dinheiro da Educação, srs. parlamentares, é para ser investido na Educação. O governo tem que resolver também a questão dos inativos na folha de pagamento. Tem que aplicar, por exemplo, com mais transparência, os recursos investidos na Educação, como é o caso da merenda escolar da rede estadual de ensino, dos uniformes escolares. Os pais de alunos dos colégios estaduais nos falavam que a diferenciação dos uniformes dos filhos era um problema.

O governador, hoje, deputados Neodi Saretta e Sargento Amauri Soares, tem uma excelente oportunidade de abrir caminho e solucionar a greve do Magistério: fazer uma proposta diferente daquela que mandou para esta Casa, através da MPV n. 166/2011!"

Por isso, sr. presidente, para encerrar a minha fala do dia de hoje, quero dizer que vamos acompanhar de perto essa negociação, hoje à

tarde, com o governador do estado. Esperamos que haja uma saída para esse impasse. Isso é o que querem os professores. Nenhum professor, deputado Volnei Morastoni, quer ficar parado, quer ficar em greve, mas, com todo respeito, sr. governador, eles têm absoluta razão, porque há dois anos estão esperando uma ação do governo do estado de Santa Catarina, pacientemente. Agora eles querem nada mais do que o cumprimento da lei do piso do Magistério.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sra. deputada.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 49ª Sessão Ordinária do dia 7 de junho de 2011:

Discussão e votação em primeiro turno do PLC n. 0011/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio;

Discussão e votação em primeiro turno do PL n. 0015/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 024-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Edison Andrino para ausentar-se do País, no período de 1º a 11 de julho do corrente ano, a fim de participar da Transnational Aquifers in Europe, em Berlim, Alemanha.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 7 de junho de 2011

Deputado Moacir Sopelsa - Presidente, e.e.

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 025-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Kennedy Nunes para ausentar-se do País, no período de 08 a 10 de junho do corrente ano, a fim de participar do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares Sul-Americanos e do MERCOSUL - UPM, em Buenos Aires, República Argentina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 7 de junho de 2011

Deputado Moacir Sopelsa - Presidente, e.e.

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 027-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Elizeu Mattos para ausentar-se do País, no período de 08 a 11 de junho do corrente ano, a fim de participar da Reunião da União de Parlamentares Sul-Americanos

e do Mercosul - UPM, em Buenos Aires, República Argentina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 7 de junho de 2011

Deputado Moacir Sopelsa - Presidente, e.e.

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 028-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gilmar Knaesel para ausentar-se do País, nos dias 09 e 10 de junho do corrente ano, a fim de participar da Reunião da União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul - UPM, em Buenos Aires, República Argentina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 7 de junho de 2011

Deputado Moacir Sopelsa - Presidente, e.e.

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 029-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Adilor Guglielmi para ausentar-se do País, no período de 08 a 11 de junho do corrente ano, a fim de participar da Reunião da União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul - UPM, em Buenos Aires, República Argentina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 7 de junho de 2011

Deputado Moacir Sopelsa - Presidente, e.e.

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2136/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão n.º 015/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 90 (NOVENTA) BOMBAS DE DRENAGEM PARA APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT.

LOTE ÚNICO

EMPRESAVENCEDORA: Elizabeth Ribeiro Inácio da Silva - ME
Valor total global último lance: R\$ 21.500,00
Florianópolis, 06 de junho de 2011

ANTONIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA
PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 2139/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão n.º 016/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSMISSÃO DE SINAL DE TV ATRAVÉS DE UNIDADE MÓVEL (SISTEMA COMPLETO DE UP LINK E DOWNLINK).

LOTE ÚNICO:

Vencedora: Intertrade Brasil Telec Mult e represent Ltda
Valor anual: R\$ 324.000,00
Valor mensal: R\$ 27.000,00
Florianópolis, 07 de junho de 2011

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE
PREGOEIRA

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2202, de 02 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0832/11,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **MÁRCIA DITTRICH TOSETTO**, matrícula nº 1469, por 20 (vinte) dias, a contar de 23 de maio de 2011.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2203, de 07 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARIA CLAUDIA MOTTER BORGES, matrícula nº 6109, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2204, de 07 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **MESSIAS MARCIANO DE SOUZA**

NETO, matrícula nº 1473, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Gerente de Serviços Gerais, código PL/FC-5, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, JANETE MARIA BARTHOLOMEU MONTEIRO, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 06 de junho de 2011 (DA - Coordenadoria de Serviços Gerais - Gerência de Protocolo).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2205, de 07 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Deputada Angela Albino, **JANETE BRIGIDA BIELLA**, servidora do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Saúde, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 1423, de 23 de maio de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2206, de 07 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo

discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
2134	Madalena Schmidt Pioner	21/05/06	20/05/11	816/11
2129	Marilidia Costa	27/06/06	26/05/11	819/11
1894	Maria Helena Teixeira Diniz	24/02/06	28/05/11	820/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2207, de 07 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **LUIZ ROBERTO SILVEIRA**, matrícula nº 1292, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função na Comissão Legal de Avaliação de Desempenho Funcional, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JULIO BARBAOSA MATIAUDA que se encontra em fruição de licença-prêmio, a contar de 02 de junho de 2011 até 31 de julho de 2011 (Diretoria de Recursos Humanos).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2208, de 07 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 813/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **LEONARDO LORENZETTI**, matrícula nº 4520, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 6% (seis por cento), a contar de 26 de maio de 2011.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0606.3/2009

A ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0606.3/2009, passam a ter a seguinte redação:

"Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Ensino Projeto Jovem & Idoso na rede pública estadual e adota outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado instituir o Programa Estadual de Ensino Projeto Jovem & Idoso na rede pública estadual, visando a integração entre os educandos e a terceira idade, incluindo visitas aos lares de idosos, grupos de terceira idade e na comunidade em geral."

Sala da Comissão, em
Deputado Décio Góes

APROVADO EM 1º TURNO

Sessão de 31/05/11

APROVADO EM 2º TURNO

Sessão de 01/06/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 606/09

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Ensino Projeto Jovem & Idoso na rede pública estadual e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Estadual de Ensino Projeto Jovem & Idoso na rede pública estadual, visando a integração entre os educandos e a terceira idade, incluindo visitas aos lares de idosos, grupos de terceira idade e na comunidade em geral.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I - oferecer atividades de lazer sadias e educativas para o jovem e o idoso com programação de um dia diferente (Dia VIP do Idoso & Jovem), aulas de informática, apresentações culturais (dança, contação de histórias antigas da região, atividades religiosas) exames de saúde, verificação de pressão, glicose e informações sobre nutrição, corte de cabelo e maquiagem, receitas culinárias para os idosos, fotografia, cursos, palestras, conferências, oficinas, encontros, ginástica, atividades corporais (todas as atividades gratuitas com colaboração de universitários, pais, professores, alunos, médicos e da comunidade em geral);

II - promover troca de experiências e saberes em um processo de crescimento, aproveitando o conhecimento do idoso e do jovem;

III - melhorar, no aspecto intelectual, o desenvolvimento do espírito, a capacidade de análise do jovem e do idoso;

IV - melhorar, no aspecto psicossocial, o autocontrole, a paciência, a perseverança, o respeito aos outros, a modéstia e a honestidade; e

V - melhorar o clima de expansão de aceitação e tornar as relações idoso/jovem mais fáceis.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos do Programa Estadual de Ensino Projeto Jovem & Idoso, as escolas da rede pública estadual participantes do Programa poderão:

I - firmar convênios com clubes, universidades, associações e federações que pratiquem os encontros entre idoso/jovem para a promoção do Programa e difusão da prática nas escolas públicas estaduais;

II - firmar convênios com organizações legalmente constituídas mediante projetos para promoção social, voltadas às comunidades do Estado e às instituições públicas estaduais;

III - estabelecer parcerias para apoio junto à iniciativa privada, através de patrocínios para participação e promoção do Programa; e

IV - realizar campanha de divulgação dos benefícios do Programa junto aos pais dos alunos da rede pública estadual de ensino e a comunidade em geral.

Art. 4º O Programa Estadual de Ensino Projeto Jovem & Idoso não terá ônus para a comunidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0061/2011

Nos incisos I, II, e III do art. 3º:

Onde se lê:

"I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e"

Leia-se:

"I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e"

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 2 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final ao que pretendia o autor, de acordo com a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 061/2011

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente, Educacional e Assistencial Gente Amiga, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente, Educacional e Assistencial Gente Amiga, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0111.7/2011

A ementa e ao art. 1º do Projeto de Lei nº 0111.7/2011 passam a ter seguinte redação:

"Denomina Domingos Rigo o ginásio de esportes da Escola de Ensino Fundamental Rafael Dal Pai, no município de Campos Novos.

Art. 1º Fica denominado Domingos Rigo o ginásio de esportes da Escola de Ensino Fundamental Rafael Dal Pai, no município de Campos Novos."

Sala da Comissão em

Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 31/05/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 01/06/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 111/2011

Denomina Domingos Rigo o Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Fundamental Rafael Dal Pai, no Município de Campos Novos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Domingos Rigo o Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Fundamental Rafael Dal Pai, no Município de Campos Novos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 139/2011

Altera dispositivo da Lei nº 14.201, de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 1º da Lei nº 14.201, de 23 de novembro de 2007, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º Considera-se para os efeitos desta Lei, Grupo Escoteiro o órgão destinado à prática de escotismo, formado por voluntários de acordo com os paradigmas atinentes a cada Ramo de faixa etária.”

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 14.201, de 2007, alterada pela Lei nº 15.140, de 12 de abril de 2010, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Para a execução desta Lei fica autorizada a celebração de convênios entre o Poder Executivo e entidades dedicadas à prática de escotismo, na forma do seu estatuto social e declaradas de utilidade pública estadual.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0372.4/2010

O art. 3º do Projeto de Lei nº PL/0372.4/2010 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar de sua publicação.”

Sala da Comissão, em

Deputado Décio Goés

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 31/05/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 01/06/11

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0372.4/2010

Fica suprimido o art. 6º do Projeto de Lei nº 0372.4/2010

Sala da Comissão em

Deputado Décio Goés

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 31/05/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 01/06/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 372/2010

Institui o Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, a ser conferido a pessoas físicas ou jurídicas catarinenses vencedoras de concurso público nas seguintes categorias:

I - artes populares;

II - artes Visuais;

III - dança;

IV - letras;

V - música;

VI - patrimônio cultural;

VII - teatro.

Parágrafo único. O Prêmio se destina à produção, circulação, pesquisa, formação, preservação e difusão cultural de trabalhos artísticos.

Art. 2º A premiação prevista no artigo anterior será conferida, anualmente, em solenidade pública.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - FUNCULTURAL.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RELATÓRIO**RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1/5/2011 À 31/5/2011**

Quantidade	Material	Fornecedor	Valor Un.	Valor Total
1	CAVALETE PARA OBRAS DE ARTE	Pintela & Papier Materiais de Pintura e Desenho Ltda ME	R\$ 62,00	R\$ 62,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MARIA HELENA PASQUALLOTTO RIBEIRO PIS:12330192349	R\$ 3.260,00	R\$ 3.260,00
1	CONFECÇÃO DE PORTA DE CONTENÇÃO EM CHAPAS DE AÇO	TORNOTEK VENDAS CONCERTO E LOCAÇÃO DE EQUIP. LTDA	R\$ 4.270,00	R\$ 4.270,00
1	ASSINATURA DO JORNAL INFORME PALHOCENSE	PALAVRA EDIÇÃO DE JORNAISLTDA-ME	R\$ 75,00	R\$ 75,00
1	ASSINATURA DO JORNAL DIÁRIO DO PLANALTO	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	R\$ 426,00	R\$ 426,00
1	ASSINATURA DO JORNAL CRUZEIRO	EMPRESA JORNALÍSTICA JOACABA LTDA.	R\$ 150,00	R\$ 150,00
1	ASSINATURA DO JORNAL REGIONAL	EDITORA JORNALÍSTICA N & S LTDA	R\$ 205,00	R\$ 205,00
10	PONTEIRA PARA PARAFUSADEIRA 12-2 PLHILIPS.	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 3,54	R\$ 35,40
10	PONTEIRA PARA PARAFUSADEIRA 12-2 PLHILIPS.	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 3,54	R\$ 35,40
10	PONTEIRA PARA PARAFUSADEIRA 12-2 FENDA	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 3,15	R\$ 31,50
10	PONTEIRA PARA PARAFUSADEIRA 12-2 FENDA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 3,15	R\$ 31,50
24	SOUSPLAST COSMOS	SAGA COMERCIO DE MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA (KILAR)	R\$ 64,16	R\$ 1.539,84
24	COPOS PARA ÁGUA STRAUSS LISOS 100	SAGA COMERCIO DE MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA (KILAR)	R\$ 29,70	R\$ 712,80
24	PRATOS RASOS SCHMIDT ITAMARATY DECOR.	SAGA COMERCIO DE MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA (KILAR)	R\$ 34,16	R\$ 819,84
24	PRATOS FUNDOS SCHMIDT ITAMARATY DECOR.	SAGA COMERCIO DE MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA (KILAR)	R\$ 34,16	R\$ 819,84
24	PRATOS PARA SOBREMESA SCHMIDT ITAMARATY DECOR	SAGA COMERCIO DE MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA (KILAR)	R\$ 24,16	R\$ 579,84
24	ARGOLAS PARA GUARDANAPOS RIVA	SAGA COMERCIO DE MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA (KILAR)	R\$ 31,79	R\$ 762,96
2	TORNEIRA CROMADA BICA ALTA, TIPO DE MESA PARA COZINHA,	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 141,00	R\$ 282,00
2	TORNEIRA CROMADA BICA ALTA, TIPO DE MESA PARA COZINHA,	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 141,00	R\$ 282,00
24	GUARDANAPOS 45 X 45CM 100% LINHO	FLOWERS COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME	R\$ 28,00	R\$ 672,00

24	JOGOS AMERICANOS BORDADOS 100% LINHO	FLOWERS COMERCIO DE CONFECCOES LTDA-ME	R\$ 45,00	R\$ 1.080,00
1	TROCA DE MOLDURA E COLOCAÇÃO DE VIDRO EM QUADRO - PATRIMÔNIO Nº 36457.	MICHELANGELO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 374,00	R\$ 374,00
1	COLOCAÇÃO DE VIDRO EM QUADRO - PATRIMÔNIO Nº 13145.	MICHELANGELO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 89,00	R\$ 89,00
1	COLOCAÇÃO DE VIDRO EM QUADRO - PATRIMÔNIO Nº 28826.	MICHELANGELO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 124,00	R\$ 124,00
20	CAP DE PVC 1/2", COM ROSCA EXTERNA	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 0,95	R\$ 19,00
20	CAP DE PVC 1/2", COM ROSCA EXTERNA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 0,95	R\$ 19,00
1	CHUVEIRO ELTRICO TIPO DUCHA	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 32,00	R\$ 32,00
1	CHUVEIRO ELTRICO TIPO DUCHA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 32,00	R\$ 32,00
20	TAMPÃO CAP PVC 25 MM COM ROSCA INTERNA	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 0,90	R\$ 18,00
20	TAMPÃO CAP PVC 25 MM COM ROSCA INTERNA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 0,90	R\$ 18,00
1	LOCAÇÃO DE AUDITÓRIO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	R\$ 132,00	R\$ 132,00
1	HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R\$ 438,34	R\$ 438,34
298	ADESIVOS IMPRESSO 5 X 7 CM.	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 1,98	R\$ 590,04
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM, LÂMINA DE 0,195 MM DE ESPESSURA, MEDINDO 0,81 X 1,65 L X H	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 100,24	R\$ 100,24
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM, LÂMINA DE 0,195 MM DE ESPESSURA, MEDINDO 1,10 X 1,82 L X H	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 150,15	R\$ 150,15
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM, LÂMINA DE 0,195 MM DE ESPESSURA, MEDINDO 1,05 X 1,87 L X H	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 145,69	R\$ 145,69
2	PERSIANA HORIZONTAL 16MM, LÂMINA DE 0,195 MM DE ESPESSURA, MEDINDO 1,20 X 1,30 L X H	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 117,00	R\$ 234,00
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM, LÂMINA DE 0,195 MM DE ESPESSURA, MEDINDO 1,80 X 1,30 L X H	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 175,50	R\$ 175,50
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM, LÂMINA DE 0,195 DE ESPESSURA MEDINDO 1,60 X 1,10 L X H	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 144,00	R\$ 144,00
3	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM, LÂMINA DE 0,195 MM DE ESPESSURA, MEDIDAS DE 1,03 X 0,89 L X H	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 92,70	R\$ 278,10
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM, ESPESSURA DA LÂMINA DE 0,195 MM COM MEDIDAS DE 1,80 X 1,03 L X H	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 162,00	R\$ 162,00
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM, ESPESSURA DA LÂMINA DE 0,195 MM, MEDIDA DE 0,80 X 1,53 L X H	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 90,00	R\$ 90,00
1	PERSIANA HORIZONTAL DE 16MM, LÂMINA DE 0,195 MM DE ESPESSURA, MEDINDO 1,15 X 1,50 L X H	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 129,00	R\$ 129,00
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM, LÂMINA DE 0,195 MM DE ESPESSURA, MEDINDO 0,87 X 1,65 MM L X H	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 107,66	R\$ 107,66
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM, LÂMINA DE 0,195 MM DE ESPESSURA, MEDINDO 2,20 X 1,10 L X H	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP	R\$ 198,00	R\$ 198,00
8,9	LAVAÇÃO DE ROUPAS	ROBERTA BELEM DA CRUZ ME	R\$ 6,60	R\$ 58,74
7,72	CORRENTE 8MM EM FERRO GALVANIZADO	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 15,00	R\$ 115,80
6	MANGUEIRA PLASTICA, CRISTAL DE 1 1/2"	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 9,00	R\$ 54,00
20,05	APLICAÇÃO DE PELÍCULAS	DAILHA COM. E COLOCAÇÃO DE PELÍCULAS ME LTDA.	R\$ 35,00	R\$ 701,75
1	TAPETE EM NYLON VERMELHO MEDINDO 1,50 X 1,50 M.	DIVIPIISO DIVISÓRIAS E PISOS.	R\$ 760,00	R\$ 760,00
2	LOCAÇÃO DE JOGO DE MESA COM 8 CADEIRAS	BASE STANDS LTDA	R\$ 234,00	R\$ 468,00
2	LOCAÇÃO DE POLTRONA PRETA	BASE STANDS LTDA	R\$ 90,00	R\$ 180,00
2	LOCAÇÃO DE POLTRONA BRANCA	BASE STANDS LTDA	R\$ 90,00	R\$ 180,00
1	LOCAÇÃO DE FRIGOBAR	BASE STANDS LTDA	R\$ 257,00	R\$ 257,00
1	LOCAÇÃO DE BALCÃO CURVA COM 01 TESTEIRA	BASE STANDS LTDA	R\$ 160,00	R\$ 160,00
1	LOCAÇÃO DE MESA DE CENTRO	BASE STANDS LTDA	R\$ 58,00	R\$ 58,00
2	LOCAÇÃO DE PUFF PRETO	BASE STANDS LTDA	R\$ 58,00	R\$ 116,00
2	LOCAÇÃO DE PUFF BRANCO	BASE STANDS LTDA	R\$ 58,00	R\$ 116,00
1	HD EXTERNO DE 1 TB	REAL TIME INFORMATICA LTDA.	R\$ 348,00	R\$ 348,00
2	SACO INCOLOR 30 X45 CROMUS PACOTE COM 100 UN	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R\$ 50,00	R\$ 100,00
2	SACO INCOLOR 45 X60 CM CROMUS, PACOTE COM 50 UM	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R\$ 60,00	R\$ 120,00

2	SACO INCOLOR 25 X 37 CROMUS, PACOTA COM 100 UM	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R\$ 23,00	R\$ 46,00
500	PAPEL DE SEDA, CORES DIVERSAS	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R\$ 0,75	R\$ 375,00
5	ETIQUETA AUTO ADESIVA REDONDA, TRANSPARENTE.19 MM, ENVELOPE. F3 C/105	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R\$ 3,10	R\$ 15,50
10	FITA TNT 3CM. 50MM. CORES DIVERSAS	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R\$ 6,50	R\$ 65,00
1	DESUMIFICADOR DE PAPEL COM CAPACIDADE PARA 500 FOLHAS.	CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS. EPP.	R\$ 205,00	R\$ 205,00
1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONTACTORA PARA VENTILAÇÃO FORÇADA DE MOTOR DE TRACÃO DE ELEVADOR.	CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA.-ME	R\$ 257,50	R\$ 257,50
12	ETIQUETA AUTO ADESIVA TP-19MMTR, REDONDA, PACOTE COM 700 ETIQUETAS	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R\$ 3,85	R\$ 46,20
30	ETIQUETA AUTO ADESIVA, REDONDA 17MM,TR, ROLO COM 1000 ETIQUETAS	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP	R\$ 13,50	R\$ 405,00
1	NETBOOK SONY VAIO VPCM-121AX	PORTÁTIL EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA (NOOTBOOK CENTURY)	R\$ 1.399,00	R\$ 1.399,00
3	GARRAFA TÉRMICA DE 3 LITRO C/SISTEMA SERVE-JATO	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 258,80	R\$ 776,40
2	CARTÃO DE MEMORIA COMPACT FLASH 4GB	REAL TIME INFORMATICA LTDA.	R\$ 99,00	R\$ 198,00
1	DECORAÇÃO	REGINA DECORAÇÕES LTDA - ME	R\$ 2.040,00	R\$ 2.040,00
550	LOCAÇÃO DE CADEIRAS DE FERRO	REGINA DECORAÇÕES LTDA - ME	R\$ 4,00	R\$ 2.200,00
2	LOCAÇÃO DE TABLADOS FORRADOS	REGINA DECORAÇÕES LTDA - ME	R\$ 590,00	R\$ 1.180,00
1	LOCAÇÃO DE MESA PARA O CENTRO DO PALCO	REGINA DECORAÇÕES LTDA - ME	R\$ 45,00	R\$ 45,00
1	LOCAÇÃO DE MESA PARA 15 PESSOAS COM TOALHA LONGA E TRILHO DE GRIPIR	REGINA DECORAÇÕES LTDA - ME	R\$ 150,00	R\$ 150,00
1	LOCAÇÃO DE TAPETE VERMELHO GRANDE	REGINA DECORAÇÕES LTDA - ME	R\$ 150,00	R\$ 150,00
5	LOCAÇÃO DE MESAS PARA RECEPCÃO	REGINA DECORAÇÕES LTDA - ME	R\$ 45,00	R\$ 225,00
1	LOCAÇÃO DE TECIDO BRANCO PARA FORRO DE PALCO E DIVISÃO DE ESPAÇO FÍSICO	REGINA DECORAÇÕES LTDA - ME	R\$ 360,00	R\$ 360,00
24	COPO DE VIDRO 200ML, LISO TRANSPARENTE PARA AGUA	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 2,90	R\$ 69,60
1	DECORAÇÃO	FLORESPONTOCOM COMERCIO DE FLORES LTDA - ME	R\$ 470,00	R\$ 470,00
20	START PARA LÂMPADA FS4-30X40 WATTS	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R\$ 0,70	R\$ 14,00
40	LÂMPADA ELÉTRICA ELETRÔNICA TIPO DECO GLOBO -20W/220V 2700 K-E 27 LUZ AMARELA	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R\$ 21,00	R\$ 840,00
20	LÂMPADA ELÉTRICA LUZ MISTA BASE E-40 500 WATTS 220 VOLTS	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 23,70	R\$ 474,00
1	FIO ELÉTRICO, DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 750V 1,50MM² PT	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 41,75	R\$ 41,75
1	FIO ELETRICO, DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 750V 1,50MM AZ	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 41,75	R\$ 41,75
40	RESERVATORIO PARA SABONETEIRA PLÁSTICA	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 7,95	R\$ 318,00
1	ENCADERNAÇÃO DE ATAS, MODELO PADRÃO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.	MARIALENE SIMIONI DE LIMA.	R\$ 40,00	R\$ 40,00
3	ENCADERNAÇÃO DE ANAIS EM CAPA DURA - PAPEL PERCALUX	MARIALENE SIMIONI DE LIMA.	R\$ 55,00	R\$ 165,00
1	PORTA SANFONADA BCF NA COR BRANCO MED 72 X 2,00	DIVISÃO FORROS E CARPETES.	R\$ 156,00	R\$ 156,00
1	PORTA SANFONADA BCF NA COR BRANCO MED 84 X 2,08	DIVISÃO FORROS E CARPETES.	R\$ 185,00	R\$ 185,00
1	PORTA SANFONADA BCF NA COR BRANCO MED 1,08 X 2,00 COM PERFIS PARA ACABAMENTO	DIVISÃO FORROS E CARPETES.	R\$ 282,00	R\$ 282,00
1	PORTA SANFONADA BCF NA COR BRANCO MED 1,44 X 2,14 COM PERFIS PARA ACABAMENTO	DIVISÃO FORROS E CARPETES.	R\$ 360,00	R\$ 360,00
1	PORTA SANFONADA BCF NA COR BRANCO MED 3,07 X 2,14	DIVISÃO FORROS E CARPETES.	R\$ 700,00	R\$ 700,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ELIZABETE CRISTINA DA LUZ 00537469966	R\$ 1.120,00	R\$ 1.120,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	CELSO JOÃO CARMINATI PIS-180 13974.26.5	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MELISSA FIGUEIREDO SILVESTRE - PIS-141.55726.72-2	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	VERA REGINA GOULART- PIS-12167422204	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MÁVIA APARECIDA MAIER PIS: 180.139.299.79-01	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	GRASIELA GROSSELLI - PIS- 127.78388.71-2	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ALESSANDRA REGINA FABRIS DE ARAUJO FIGUEIREDO - PIS- 126-67443.72.3	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JOSÉ DIMAS D'AVILA MACIEL MONTEIRO PIS-12223930281	R\$ 950,00	R\$ 950,00
1	VIDRO JATEADO 4 MM MEDINDO 130 X 95 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 125,00	R\$ 125,00
1	VIDRO CANELADO 4 MM MEDINDO 86 X 31 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 32,00	R\$ 32,00
1	VIDRO COM PELÍCULA FUMÉ 4 MM MEDINDO 125 X 80 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 200,00	R\$ 200,00
1	VIDRO LISO, COM PELÍCULA 4 MM MEDINDO 82 X 31 CM	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 92,00	R\$ 92,00

1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	H DANTAS & DANTAS LTDA-ME	R\$ 616,00	R\$ 616,00
1	FRAGMENTADORA/PICOTADEIRA DE PAPEIS ELETRICA	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 320,00	R\$ 320,00
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO REVESTIMENTO DE GESSO ACARTONADO DE TUBULAÇÕES.	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 486,00	R\$ 486,00
2	ESTERILIZADOR DE AR STERMIX 100	CENTRO MÉDICO COMÉRCIO PROD.MÉDICOS ODONT. LTDA	R\$ 161,00	R\$ 322,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA LTDA.	R\$ 632,10	R\$ 632,10
1	LOCAÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE TRANSMISSÃO, COMPOSTO DE UP LINK E DOWNLINK	FIRENZE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO LTDA.	R\$ 6.450,00	R\$ 6.450,00
1	APARELHO SANSUNG GALAXY TAB	ALVES LTDA	R\$ 1.752,00	R\$ 1.752,00
22	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO TIJUCAS/FLORIANOPOLIS	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE	R\$ 8,91	R\$ 196,02
22	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO FLORIANOPOLIS/ TIJUCAS	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE	R\$ 8,91	R\$ 196,02
132	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAROPABA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 15,80	R\$ 2.085,60
44	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAMBOA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 12,10	R\$ 532,40
44	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FLORIANÓPOLIS	RODOVIARIA SANTA TEREZINHA LTDA.	R\$ 4,60	R\$ 202,40
1	VALE TRANSPORTE MUNICIPAL DIVERSOS	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANOPOLIS	R\$ 2.389,20	R\$ 2.389,20
16	LUVA ELETRODUTO EM PVC DE 2"	ERNEI JOSÉ SCHIMTT - ME	R\$ 2,58	R\$ 41,28
8	CURVA ELETRODUTO EM PVC 2"	ERNEI JOSÉ SCHIMTT - ME	R\$ 4,70	R\$ 37,60
2	ALICATE DESCASCADOR DE CABOS DE REDE	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	R\$ 25,00	R\$ 50,00
2	ALICATE DE CORTE DIAGONAL(MODELO SUECO)	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	R\$ 35,00	R\$ 70,00
2	FERRAMENTA DE TERMINAÇÃO 110 IDC	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	R\$ 42,00	R\$ 84,00
2	ALICATE DE CRIMPAGEM RJ-45, RJ-11 E RJ-12 MACHO	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	R\$ 35,00	R\$ 70,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	NEWS CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S LTDA ME	R\$ 650,00	R\$ 650,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	TÂMYYTA ROSA FÁVERO PIS:146.283.4827-4	R\$ 685,00	R\$ 685,00
1	IPAD 64GB APPLE WI-FI + 3G MC497BZ/A	MADEIREIRA HERVAL LTDA - MATRIZ	R\$ 2.099,00	R\$ 2.099,00
15	ETIQUETA PIMACO TP 19 REDONDA E TRANSPARENTE	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 7,00	R\$ 105,00
2500	PIN EM METAL FUNDIDO COM BANHO PRATEADO E GRAVAÇÃO EM BAIXO RELEVO.	TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA	R\$ 3,12	R\$ 7.800,00
1	GRAVADOR DIGITAL M-AUDIO	REAL TIME INFORMATICA LTDA.	R\$ 1.432,00	R\$ 1.432,00
2	SINALIZADOR SONORO E SONDA GIGITAL	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	R\$ 1.190,00	R\$ 2.380,00
1	DIGITALIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS	DIGITAL ART COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÍDIAS PORTÁTEIS - ME	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
1	TRATAMENTO DE IMAGENS, PROGRAMAÇÃO E EDIÇÃO VIRTUAL	DIGITAL ART COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÍDIAS PORTÁTEIS - ME	R\$ 2.310,00	R\$ 2.310,00
20	REPRODUÇÃO DE CÓPIAS	DIGITAL ART COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÍDIAS PORTÁTEIS - ME	R\$ 9,50	R\$ 190,00
1	CORAL CRIANÇA FELIZ	ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DO CORAL INFANTO JUVENIL CRIANÇA FELIZ	R\$ 5.208,00	R\$ 5.208,00
2	LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE RADIOPRO PLENÁRIO(GRAVAÇÃO DIGITAL)	RADIOPRO SISTEMAS LTDA	R\$ 1.580,00	R\$ 3.160,00
200	LOCAÇÃO DE CADEIRAS COM CAPAS	DIAS & DIAS DE FESTAS LTDA-ME.	R\$ 2,75	R\$ 550,00
1	LIVRO DOMINANDO FLEX 4 E JAVA DE AUTORIA DE DANIEL SCHMITZ.	AKI DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 89,00	R\$ 89,00
1	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESENTUPIMENTO DE 12 CAIXAS DE ESGOTO E 130 METROS DE HIDROJATEAMENTO NA REDE INTERNA DA ALESC.	DESENTUPIDORA FLORIANÓPOLIS LTDA	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00
1	MEDIDOR DISTANCIA DLE-70	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 358,00	R\$ 358,00
1	TAPETE (CAPACHO) PERSONALIZADO DE 2,50 X 3,25 M	STYLLOKAP COMÉRCIO DE CAPACHOS LTDA - ME	R\$ 1.462,00	R\$ 1.462,00
1	TAPETE (CAPACHO) PERSONALIZADO 3,10 X 3,12M	STYLLOKAP COMÉRCIO DE CAPACHOS LTDA - ME	R\$ 1.746,00	R\$ 1.746,00
6	PISO LAJOTA (PARA PASSEIO)	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	R\$ 18,50	R\$ 111,00
1	CONSRTO DA MÁQUINA DE PROTOCOLO	HAGA - REPRESENTAÇÕES, ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 256,00	R\$ 256,00
2	PLACA DE ALUMINIO, TAMANHO D= 0,55 M, COM PLOTAGEM EM AMBOS OS LADOS (LOTADO/VAGAS)	SINASC INDUSTRIAL LTDA	R\$ 98,00	R\$ 196,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	LUIZ SCETTINI FILHO PIS-1023.758.6107	R\$ 3.050,00	R\$ 3.050,00
1	NETBOOK SONY VAIO VPCM-121AX	PORTÁTIL EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA (NOOTBOOK CENTURY)	R\$ 1.449,00	R\$ 1.449,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	LORO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
10	ALCOOL 73,4 GEL PARA HIGIENIZAÇÃO (GALÃO 5 LITROS)	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP	R\$ 31,80	R\$ 318,00

300	CAFÉ TORRADO E MOIDO QUALID. TRADICIONAL EMB. A VACUO Prensado 500G	ATACADO DE ALIMENTOS SOUZA LTDA	R\$ 13,50	R\$ 4.050,00
3	LOCAÇÃO DE ARRANJO DE MESA	FLORESPONTOCOM COMERCIO DE FLORES LTDA - ME	R\$ 70,00	R\$ 210,00
1	LOCAÇÃO DE ARRANJO PEQUENO PARA MESA COM FLORES NOBRES	FLORESPONTOCOM COMERCIO DE FLORES LTDA - ME	R\$ 50,00	R\$ 50,00
2	LOCAÇÃO DE PLANTA ORNAMENTAL (BUXINHO) EM CACHEPOT	FLORESPONTOCOM COMERCIO DE FLORES LTDA - ME	R\$ 45,00	R\$ 90,00
2	LOCAÇÃO DE PLANTA TIPO RÁFIA COM CACHEPOT	FLORESPONTOCOM COMERCIO DE FLORES LTDA - ME	R\$ 65,00	R\$ 130,00
1	LOCAÇÃO DE ORQUÍDEA CYMBIDIUM COM CACHEPOT	FLORESPONTOCOM COMERCIO DE FLORES LTDA - ME	R\$ 55,00	R\$ 55,00
1	LOCAÇÃO DE PLANTA (PLEOMÉLIA MÉDIA) COM CACHEPOT	FLORESPONTOCOM COMERCIO DE FLORES LTDA - ME	R\$ 75,00	R\$ 75,00
2	LOCAÇÃO DE JOGO DE MESA COM 8 CADEIRAS	BASE STANDS LTDA	R\$ 234,00	R\$ 468,00
2	LOCAÇÃO DE POLTRONA PRETA	BASE STANDS LTDA	R\$ 90,00	R\$ 180,00
2	LOCAÇÃO DE POLTRONA BRANCA	BASE STANDS LTDA	R\$ 90,00	R\$ 180,00
1	LOCAÇÃO DE FRIGOBAR	BASE STANDS LTDA	R\$ 257,00	R\$ 257,00
1	LOCAÇÃO DE BALCÃO CURVA COM 01 TESTEIRA	BASE STANDS LTDA	R\$ 160,00	R\$ 160,00
1	LOCAÇÃO DE MESA DE CENTRO	BASE STANDS LTDA	R\$ 58,00	R\$ 58,00
2	LOCAÇÃO DE PUFF PRETO	BASE STANDS LTDA	R\$ 58,00	R\$ 116,00
2	LOCAÇÃO DE PUFF BRANCO	BASE STANDS LTDA	R\$ 58,00	R\$ 116,00
6	REATOR ELETRÔNICO 2 X 36 W	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R\$ 21,10	R\$ 126,60
12	LÂMPADA ELÉTRICA FLUORESCENTE, 32 WATTS, 220 VOLTS	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME	R\$ 4,70	R\$ 56,40
6	LUMINARIA SOBREPOR 2 X 32W HERMETICA IP65	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 105,06	R\$ 630,36
7	CRACHA DE AÇO ESCOVADO DOURADO	TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA	R\$ 12,00	R\$ 84,00
50	LIVRO "TURNO ÚNICO" DE AUTORIA DE JOSÉ NAZARENO VIEIRA.	JOSÉ NAZARENO VIEIRA	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
1	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO	EUROBAC COMERCIO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA-ME	R\$ 3.700,00	R\$ 3.700,00
1	PÚLPITO EM ACRÍLICO CRISTAL 4 MM.	FRANCISCO PERES MORAES COMUNICAÇÃO VISUAL ME	R\$ 220,00	R\$ 220,00
2	SUBSTITUIÇÃO DE FORRAÇÃO DE PUF	SCORP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MERCADORIAS LTDA.ME (ESCORP-COURO)	R\$ 135,00	R\$ 270,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	R\$ 632,10	R\$ 632,10
110	PISO DE BORRACHA LISO, PLACAS 3,5 X 500 X 500 MM, COR PRETO	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS LTDA - EPP	R\$ 44,10	R\$ 4.851,00
2	POLTRONA EM COURÍSSIMO BRANCO, FORMATO QUADRADO, COM RODÍZIO.	NIGEL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA - EPP	R\$ 950,00	R\$ 1.900,00
2	CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA WORD EXCEL INTERNET	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC	R\$ 2.972,00	R\$ 5.944,00
1	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE VIDROS	EDEMIR PERIM VOLPATO.	R\$ 250,00	R\$ 250,00
5	INTERCOMUNICADOR (INTERCOM) PH 8S	MEDIA TOOLS DISTRIB. IMP. EXP. E REP.	R\$ 875,00	R\$ 4.375,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MARIO PINTO DA MOTTA JUNIOR - PIS:10620765035	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
1	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO	CHAPECÓ SERVIÇOS EMPRESARIAIS E EVENTOS LTDA -ME	R\$ 350,00	R\$ 350,00
1	GRADE DE PROTEÇÃO COM TELA OTTIS	TORNOTEK VENDAS CONS. E LOCAÇÃO DE EQUIP. LTDA - ME	R\$ 540,00	R\$ 540,00
1	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	CIMTEL EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 310,00	R\$ 310,00
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	CIMTEL EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 280,00	R\$ 280,00
1	SERVIÇOS ESTRUTURAIS - SERRALHERIA	CIMTEL EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 160,00	R\$ 160,00
1	KIT TEC DESLIZANTE DT-25VC 1/3CV 6MTS CORRENTE - 2TX	CIMTEL EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 1.380,00	R\$ 1.380,00
1	CORREIA 3L 230 PARA CANCELA	CIMTEL EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 60,00	R\$ 60,00
2	CONTROLE REMOTO DUPLO DE CHAVEIRO RLG 299 MGHZ	CIMTEL EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 20,00	R\$ 40,00

*** X X X ***